Quinta-feira, 11 de dezembro de 2025 I Série — Número 39

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Maria Germana de Sousa Rocha
Susana Alexandra Lopes Correia

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.os 310 a 321/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.os 393 a 412/XVII/1.ª.

Ao abrigo do artigo 239.º do Regimento, foi debatido o Relatório Anual da Provedora de Justiça, de 2024. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Paulo Edson Cunha (PSD), Vanessa Barata (CH), Jorge Miguel Teixeira (IL), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Paulo Muacho (L), Nuno

Gabriel (CH), Pedro Delgado Alves (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN).

Procedeu-se ao debate, na generalidade da Proposta de Lei n.º 39/XVII/1.ª (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2025-2029, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), Carlos Guimarães Pinto (IL), António Mendonça Mendes (PS), Alberto Fonseca (PSD), Filipe Sousa (JPP), Pedro dos Santos Frazão (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), João Antunes dos Santos (PSD) e Rui Tavares (L).

Antes de se discutir, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 125/XVII/1.ª (PSD) — Procede à oitava alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que aprova o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens, o Deputado Rui Tavares (L) recorreu para Plenário do despacho emitido pelo Presidente, no sentido de não admitir a debate uma iniciativa do Livre, tendo o recurso sido rejeitado. Intervieram, a diverso título, os Deputados Bruno Faria (PSD), Paulo Núncio (CDS-PP), Sónia Monteiro (CH), Angélique Da Teresa (IL), Filipa Pinto (L), Frederico Francisco (PS), Francisco Covelinhas Lopes (PSD), Paulo Seco (CH), Filipe Sousa (JPP), Inês de Sousa Real (PAN) e Paula Santos (PCP).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs 365/XVII/1.ª (PCP) — Aumento do Salário Mínimo Nacional para 2026, 375/XVII/1.ª (BE) — Aumento do Salário Mínimo Nacional, 377/XVII/1.ª (PSD) — Pelo progressivo aumento de rendimentos dos trabalhadores, com evolução da Retribuição Mínima Mensal Garantida e valorização do Salário Médio, 381/XVII/1.ª (PAN) — Pelo aumento do salário mínimo nacional e do salário médio, e 385/XVII/1.ª (L) — Recomenda o aumento do Salário Mínimo Nacional tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados Paulo Raimundo (PCP), Sónia Margarida Fernandes (PSD), Mariana Mortágua (BE), Manuela Carvalho e Paulo Edson Cunha (PSD), Filipe Melo (CH), Mariana Leitão (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Patrícia Gonçalves (L), Hugo Oliveira (PS), Filipe Sousa (JPP), Paulo Núncio (CDS-PP) e Daniel Teixeira (CH).

Foram ainda debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 43/XVII/1.ª (CH) — Recupera a figura do visto prévio do Tribunal de Contas no âmbito dos projetos financiados e cofinanciados pelo Plano de Recuperação e Resiliência e 300/XVII/1.ª (PAN) — Repõe o visto prévio do Tribunal de Contas no âmbito dos projetos financiados e cofinanciados pelo PRR, alterando a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Eduardo Teixeira (CH), Alberto Fonseca (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Miguel Rangel (IL), Patrícia Gonçalves (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Nuno Fazenda (PS), Dulcineia Catarina Moura (PSD), Paula Santos (PCP), Marco Claudino (PSD) e Bernardo Pessanha (CH).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 42 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as portas das galerias.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Pausa.

Vamos então dar início aos nossos trabalhos.
Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para anunciar à Câmara que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, as seguintes iniciativas: os Projetos de Lei n.os 314, 315 e 316/XVII/1.ª (CH), os Projetos de Resolução n.os 395 e 396/XVII/1.ª (CH), os Projetos de Lei n.os 307, 308, 309, 310, 311, 312 e 313/XVII/1.ª (PS), os Projetos de Resolução n.os 393, 394, 397 e 398/XVII/1.ª (PS), o Projeto de Lei n.º 320/XVII/1.ª (L), os Projetos de Resolução n.os 406, 407, 408 e 409/XVII/1.ª (L), o Projeto de Lei n.º 321/XVII/1.ª (PCP), os Projetos de Resolução n.os 410, 411 e 412/XVII/1.ª (PCP), os Projetos de Lei n.os 318 e 319/XVII/1.ª (BE), os Projetos de Resolução n.os 404 e 405/XVII/1.ª (BE), o Projeto de Lei n.º 317/XVII/1.ª (PAN) e os Projetos de Resolução n.os 399, 400, 401, 402 e 403/XVII/1.ª (PAN).
É tudo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário da Mesa.

Pausa.

Vamos então dar início aos nossos trabalhos. O primeiro ponto da ordem do dia consiste na discussão do Relatório Anual da Provedora de Justiça (2024).
O debate será feito por ordem de inscrição de quem desejar intervir sobre o mesmo, dentro do tempo que está pré-definido.
A primeira inscrição é do Sr. Deputado Paulo Edson Cunha, do Partido Social Democrata. Tem a palavra.

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Está hoje em debate o Relatório Anual da Provedora de Justiça, de 2024, assim como o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção contra a Tortura.
Refira-se que, em 2024, se optou por um relatório com um único tema transversal, dirigindo-se as observações reunidas a uma realidade incontornável da nossa sociedade, a pobreza.
No campo das fragilidades infraestruturais, revelou-se, logo à cabeça, o problema da insuficiência da cobertura das redes públicas de abastecimento de água e de saneamento, num território em que não se questiona o acesso a água potável segura e ao saneamento enquanto direitos humanos.
Também realça que no parque habitacional, em 2024, quatro em cada 10 pessoas em risco de pobreza viviam em estruturas habitacionais funcionalmente inadequadas.
Neste domínio, refere o relatório que as queixas recebidas pelo Provedor de Justiça revelam o recurso a construções ilegais para habitação, com repercussão a nível do ordenamento do território e da sustentabilidade ambiental.
Como resposta, o Governo dotou o Orçamento do Estado para 2026 com um aumento nas verbas para as autarquias, com as transferências globais para municípios e freguesias, totalizando 4,8 mil milhões de euros. Este aumento visa fortalecer a autonomia local e garantir recursos para competências descentralizadas, refletindo um compromisso com o esforço e com o reforço das finanças autárquicas.
Por outro lado, o Orçamento do Estado dota em cerca de 2,1 mil milhões de euros a verba destinada a programas de promoção e reabilitação, focados em aumentar a oferta de habitação a custos acessíveis e apoiar jovens famílias, através de medidas como vários incentivos fiscais que são do vosso conhecimento.
No domínio da proteção social, destaca-se que as crianças são um dos grupos mais afetados pela pobreza absoluta extrema. Cerca de 37 000 crianças, 1,9 %, estão inseridas em agregados familiares cujo rendimento disponível não é suficiente para arcar com a despesa de uma dieta apropriada, e o relatório sinaliza a

dependência de prestações, especificamente dirigidas a agregados familiares de baixos recursos, que incluem crianças, tais como o abono de família, e tem, por isso, suscitado especial preocupação do Sr. Provedor de Justiça.

Igualmente preocupante, por vulnerável, está a população com deficiência. O relatório refere que, no ano de 2024, o Provedor de Justiça sinalizou o problema sistémico da suspensão da prestação social de inserção, especialmente penalizadora para as pessoas com deficiência, em situação de carência económica.

O Governo foi especialmente sensível a esta vulnerabilidade e, para o Orçamento do Estado de 2026, prevê um aumento na proteção para pessoas com deficiência, com destaque para o aumento de 105 € no complemento de prestação social para a inclusão, um reforço do subsídio para pais e filhos com deficiência e doença crónica para 80 % do salário de referência, e a isenção de IVA (imposto sobre o valor acrescentado) para IPSS (instituições particulares de solidariedade social) adquirirem automóveis para pessoas com deficiência.

A população reformada é outro vetor de preocupação no relatório, sobretudo o problema no atraso das concessões de pensões de reforma continua a ser objeto de solicitação e de intervenção do provedor.

Sr.as e Srs. Deputados, passando agora ao relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção contra a Tortura, é possível verificar uma grande preocupação com a falta de condições nos estabelecimentos prisionais, nos centros educativos e nos centros de instalação temporária e espaços equiparados para estrangeiros.

Os estabelecimentos prisionais continuam com problemas estruturais e de recursos humanos e, por isso, o Governo prevê um reforço significativo do investimento nas prisões, com 56 milhões de euros, visando aumentar em 5 % as vagas e melhorar as condições, incluindo a criação de 639 vagas; e o foco na reinserção social.

Faltam também condições nos centros educativos, o que tem sido sistematicamente denunciado, mas, como sabem, «Roma e Pavia não se fizeram num dia»…

Risos de Deputados do CH.

… e, a par com este diagnóstico, conseguimos já identificar boas práticas implementadas por profissionais dedicados e melhorar as condições de privação de liberdade, facto que se regista positivamente.

Sr.as e Srs. Deputados, os relatórios da Provedoria devem ser um guião para melhorar os serviços públicos da Administração Pública e para dar uma melhor resposta aos pedidos, ânsias e preocupações.

Pensamos que o Governo foi sensível a isso e, em 2024, concluiu-se o procedimento concursal externo para a compensação do défice de técnicos profissionais de reinserção social, diagnosticado em anos anteriores. De acordo com as informações recolhidas, foram recrutados 29 elementos para centros educativos.

Por fim, quanto aos centros de instalação temporária, em termos de capacidade de instalação, não ocorreu qualquer evolução.

No entanto, positivamente, destacou-se igualmente o espírito de diálogo e a motivação para a melhoria dos procedimentos e, em 2024, não foram acolhidos indícios de maus-tratos. Pelo contrário, todas as pessoas detidas com quem o MP (Ministério Público) dialogou elogiaram o tratamento recebido pelos agentes da PSP (Polícia de Segurança Pública) e pelas equipas de segurança.

Por outro lado, não se teve conhecimento de situações de sobrelotação nos centros de detenção sinalizados. Porém, o Aeroporto de Lisboa encontrava-se com lotação máxima.

Quanto à detenção administrativa e à aplicação de medidas de detenção, assinala-se que, em 2024, a análise de processos de controlo de fronteiras no Aeroporto de Lisboa evidenciou uma melhoria significativa da prática da PSP, em linha com o recomendado.

Merece destaque positivo o procedimento no EECIT-L (Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária no Aeroporto de Lisboa), onde, tratando-se de requerimentos de asilo, a PSP passou a incluir a comunicação ao tribunal e a sua análise policial individualizada sobre a existência de algum dos fundamentos legais justificativos da manutenção da detenção.

Nos relatórios, refere-se que, ao longo do ano, a PSP melhorou as práticas relativamente à detenção de menores.

Em primeiro lugar, e ao contrário do verificado em 2023, não foram identificados casos de detenções de menores não acompanhados. Em segundo lugar, no que respeita a menores acompanhados, o período de

detenção foi sendo significativamente encurtado com a nova legislação, que visa uma política de imigração mais estruturada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Estamos certos de que as novas leis, nomeadamente a nova estrutura na PSP, a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras, com o objetivo de reforçar o controlo de fronteiras e a gestão de estrangeiros, sendo uma medida que visa modernizar as forças de segurança e melhorar os serviços, bem como o reforço da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo) em 74 milhões, vão ser bastante eficazes.

Por todas estas razões, tal como explanei, o PSD quer deixar uma palavra de esperança, na expectativa de que o espírito inconformado…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, embora não tenha depois tempo para esclarecer, mas são as regras.

Sr.ª Deputada Vanessa Barata, do Chega, faça favor. Tem 2 minutos para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu dirijo-me agora ao Sr. Deputado do PSD, porque é do partido que sustenta o Governo.

Começando por dizer o óbvio, chamo a atenção para o «elefante na sala». Este relatório da Provedoria de Justiça tem aqui uma sombra incontornável, que é o facto de não haver Provedor de Justiça em Portugal.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Mas há aqui um detalhe digno de sátira política fina, é que a atual Ministra da Administração Interna, Maria Lúcia Amaral, é, ao mesmo tempo, a provedora responsável por este relatório e já não é provedora, mas também não há outra, digamos assim.

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Por isso, o estatuto diz que deveria ser nomeado alguém nos 30 dias subsequentes. Passaram 189 dias.

Quando lemos este relatório, particularmente no que toca a segurança interna, não podemos deixar de fazer uma reflexão caricata.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Portanto, pergunto: quem fala de segurança interna e em que qualidade? Porque o que aparece aqui é que a Dr.ª Maria Lúcia Amaral vai marcar o penálti, mas também vai ser a guarda-redes.

E depois ainda há a parte legal que o PSD gosta sempre de citar,…

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

…quando lhe convém. Diz o Estatuto do Provedor de Justiça que, se o cargo fica vago, deve existir nomeação no prazo de 30 dias e diz também que após o termo do mandato, o provedor mantém-se em funções até tomar posse o sucessor.

Portanto, aqui vamos ter de escolher e o Sr. Deputado do PSD vai ter de nos ajudar: ou Maria Lúcia Amaral é ainda provedora, o que significa que temos uma ministra a fiscalizar a sua própria atuação, ou renunciou ao

cargo, já não é provedora, e, nesse caso, temos um relatório da Provedoria que, apesar de feita à sua imagem, não tem um responsável oficial — não tem!

Aplausos do CH.

Portanto, num País onde o provedor serve para proteger o cidadão do abuso do Estado, o PSD conseguiu algo absolutamente inédito: deixou Portugal sem provedor e deixou o cidadão ao abandono. O Chega não vai alinhar nesse silêncio cúmplice.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Muito bem!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O CDS-PP transferiu 30 segundos para o PSD, para que o Sr. Deputado possa ter a possibilidade de esclarecer. Peço só um minuto para passar o tempo. Portanto, o Sr. Deputado dispõe de 15 segundos mais 15 segundos de tolerância.

Vozes do CH: — Eh!…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Fazem a questão, mas não querem ouvir a resposta, é isso?

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Ele é que não tem tempo!

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sr. Presidente, bastam-me, se calhar, 10 segundos para responder a esta questão colocada pela Sr.ª Deputada Vanessa Barata.
É que, à falta de melhores argumentos,…

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — … porque viemos aqui a explanar um conjunto de melhorias que este Governo veio apresentar relativamente ao último relatório, a Sr.ª Deputada veio com um argumento puramente formal. Isso diz tudo sobre a situação do Chega.

Vozes do PSD: — Ora bem!…

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — O que é que ele está a dizer?!…

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Este Governo conseguiu, através das melhorias que implementou no último ano, resolver mais de metade das situações que estavam no relatório anterior.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

Risos da Deputada do CH Vanessa Barata.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Debatemos este relatório no Dia Internacional dos Direitos Humanos, porque a Provedoria, enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos em Portugal, apresenta-nos um alerta.

As falhas estruturais do Estado estão hoje a pôr em risco os direitos fundamentais de milhares de portugueses. E como? Primeiro, porque o Estado português só cresceu em complexidade, com mais complexidade fiscal, mais obrigações, mais regras, mais plataformas e, paradoxalmente, ou talvez não paradoxalmente, mais falhas no combate à pobreza.

Isto não são abstrações, são pessoas reais, famílias que ficam meses sem abono de família, idosos que esperam anos por um simples reembolso, trabalhadores do próprio Estado que, depois de um acidente, ficam sem remuneração e sem proteção. E não são exceções, são sintomas do que acontece, apesar de termos mais 100 000 funcionários públicos do que há 10 anos.

Mas, ano após ano, ouvimos «não podemos baixar impostos», «não podemos simplificar», «se mexermos no sistema fiscal, cai tudo.» Pois bem, está aqui outro dado curioso deste mesmo relatório. Nos últimos 10 anos, este Parlamento alterou o Código do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) 32 vezes. Foram 32 alterações ao IRS e, ainda assim, continuamos com regimes a mais, exceções a mais, incluindo benefícios caros, que deviam existir para todos, mas que ficam reservados apenas para alguns.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E, em cima disto, chegámos ao ponto de ser o segundo país da Europa com mais escalões de IRS — são nove — e, se somarmos a todos estes escalões a complexidade na declaração dos rendimentos, criámos um sistema pensado apenas para quem consegue contratar um contabilista. Mas, no fim, ouvimos sempre «tem de ser assim, se não tivermos isto, não temos Estado social. Se não tivermos isto, não conseguimos combater a pobreza.»

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Mas, vejamos os factos, também eles no relatório, em que 25 % das queixas recebidas pela provedora diziam respeito à própria segurança social, e isto quando 40 % da população só não cai na pobreza porque é o Estado que lhes transfere rendimentos.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, das duas, uma: ou achamos que a solução é aumentar impostos para tentar mais do mesmo, ou admitimos, finalmente, que o Estado tem de olhar para dentro antes de pedir mais um euro a quem quer que seja. Nós não temos esses níveis de pobreza por falta de impostos, temos esses níveis de pobreza porque não temos um Estado orientado para o crescimento e orientado para a sua própria eficiência.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Isso mesmo!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, o que este relatório nos mostra é que temos um Estado que se coloca no caminho dos portugueses, até mesmo daqueles que mais precisam dele.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Tem 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O relatório da Provedoria de Justiça é claríssimo, a pobreza é o pano de fundo, grande parte das queixas atingem, com particular violência, as diferentes regiões, incluindo as regiões autónomas.

Isto não é um dado estatístico abstrato, é um corte na cidadania. Quando o acesso a apoios depende de plataformas digitais que não funcionam, de prazos absurdos, de serviços que não se articulam, o resultado é simples, as pessoas desistem dos direitos.

Para terminar, quero dizer que enquanto a pobreza estrutural nas nossas regiões, incluindo as regiões autónomas, não for tratada como uma verdadeira emergência nacional, quer na habitação, na educação e no

exercício pleno da cidadania, estaremos a falhar a promessa constitucional de igualdade para todos os portugueses, independentemente da ilha ou território onde cada português vive.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: No relatório anual, a Provedoria de Justiça optou por dar visibilidade à pobreza, que afeta mais de 2 milhões de portugueses.

Sublinha a falta de condições de habitabilidade, constata que a ausência de soluções habitacionais, e cito, «[…] permanecem, consequentemente, em estruturas habitacionais insalubres ou, em casos limite, em situação de desalojamento», para onde as famílias são empurradas.

Também refere a crescente exclusão social associada à multiplicação de bairros de génese ilegal e retrata a vulnerabilidade das famílias em situação de despejo ou degradação do parque habitacional público.

Os atrasos nas respostas sociais, seja na habitação, seja na segurança social, são dois dos aspetos que têm motivado mais queixas à Provedoria de Justiça. Espelha a pobreza que afeta as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência. Apesar de a pobreza afetar milhares de crianças, é um dos grupos mais afetados pela morosidade da atribuição do abono de família e na igualdade na educação ou na ausência de uma ação social eficaz e célere.

Os atrasos assumem maior gravidade, dado que há um conjunto de prestações e de apoios sociais a que as crianças e jovens não têm acesso enquanto não for atribuído o abono de família. Existem 1600 milhões de pensões que são inferiores ao salário mínimo nacional, o que por si só mostra a pobreza entre os idosos. Há atrasos também na atribuição de pensões e na atribuição de prestações sociais.

O relatório refere ainda o problema sistémico da suspensão da prestação social para a inclusão a beneficiários cujo atestado médico de incapacidade multiúso tenha caducado, ignorando o fato de a lei ter prorrogado a respetiva validade.

A morosidade na atribuição e pagamento das prestações sociais deixa as pessoas, já bastante vulneráveis, sem uma resposta atempada e revela a insuficiência de meios e dos recursos dos serviços públicos, incluindo em situações de grande dificuldade sentidas pelos cidadãos.

Numa breve referência ao relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção, sobressai a gravidade da situação em que se encontra o sistema prisional, com a constatação de variados fatores de risco, designadamente em matéria de condições materiais e meios de segurança pouco alicerçados, sobrelotação e degradação das infraestruturas.

É ainda sinalizada a ausência de uma unidade terapêutica para prestação de cuidados clínicos a jovens internados com doença mental, o que compromete a prevenção da reincidência desta população juvenil. Faltam técnicos de reinserção social nos centros educativos.

Todos estes aspetos suscitados pela Provedoria de Justiça evidenciam o desinvestimento de sucessivos governos nos serviços públicos e que se reflete na falta de trabalhadores, nos atrasos, na falta de investimento público a par do desinvestimento, assim como a ausência de respostas estruturais para combater a pobreza, respostas que são necessárias e que garantem os direitos sociais e condições de vida dignas para todos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: É apropriado discutirmos os relatórios da Provedoria de Justiça neste que é o Dia Internacional dos Direitos Humanos, porque eles são o retrato duro do País real e do quanto o Estado português e as suas instituições continuam a falhar, sobretudo às pessoas mais vulneráveis.

Cada uma das mais de 9000 queixas recebidas, em 2024, são uma história concreta. E há um tema que atravessa todo o relatório, a pobreza, não como uma estatística, mas como condição que se agrava porque o Estado falha.

Ser pobre é hoje o maior indicador de risco de violação dos direitos humanos. Este é o retrato de uma sociedade profundamente desigual, como a situação de uma família com dois idosos e um adulto com 98 % de

incapacidade, que aguarda há seis anos por uma habitação, ou o caso da mãe que perdeu o rendimento social de inserção porque faltou a uma convocatória do centro de emprego e faltou porque não conseguia creche para o seu filho.

O relatório descreve falhas que não são pontuais, tais como atrasos prolongados, má articulação entre os serviços, erros repetidos e comunicação insuficiente com os cidadãos. Estas falhas têm impacto real na vida das pessoas, na sua dignidade, e agravam a vulnerabilidade de quem já vive em situações frágeis.

Na habitação isso é particularmente evidente. Vários casos de famílias que não conseguem acesso a soluções dignas, que são empurradas para bairros de génese ilegal, sem uma morada formal, sem acesso pleno a serviços públicos e que, depois, são alvo de despejos que aprofundam ainda mais esse ciclo de exclusão.

Relativamente ao relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção, persistem, sim, riscos elevados para a integridade dos reclusos nos estabelecimentos prisionais e problemas nas detenções feitas pelas forças de segurança. Continuamos a ter pessoas privadas de liberdade sem garantias básicas, continuam a ser identificadas irregularidades nos procedimentos de detenção e de revista, incluindo o recurso abusivo à revista por desnudamento, falhas no dever de denúncia em casos de maus-tratos ou evidências de violação de direitos durante a detenção, e condições deterioradas nas instalações de detenção da PSP.

Por isso, o Governo não tem hoje qualquer desculpa para não agir. Estas práticas devem ser erradicadas. A Ministra da Administração Interna está qualificada como ninguém para conhecer quais é que são os problemas e para os resolver de uma forma determinante.

Sr.as e Srs. Deputados, os direitos humanos não são apenas um verbo-de-encher para discursos bonitos ou para datas para assinalar. São, sim, a língua franca da humanidade, o chão comum onde construímos a nossa vida em sociedade e em comunidade e, por isso, temos todos de fazer por isso, de fazer por eles, de defender os direitos humanos todos os dias, especialmente quando em posições de decisão.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições.

Pausa.

Bom, então, se não há mais inscrições, vamos considerar este ponto da ordem de trabalhos…

Pausa.

Afinal, há mais uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: o relatório da Provedora de Justiça arrasa o atendimento nos serviços públicos e aponta a insuficiência de recursos humanos, a falta de formação e as condições deficitárias das instalações; aponta também graves atrasos na atribuição de equipamentos a pessoas com deficiência, entre outras tantas coisas que eu podia aqui a referir. Mas o relatório escolhe a pobreza como tema transversal, e não é por acaso. Relata que a atuação do Estado, face a contextos de pobreza, agrava situações de carência, e aponta que a pobreza nos idosos é agravada por falhas na implementação de medidas.

Vou deixar aqui alguns exemplos: desde 2018 que um casal de idosos aguarda por uma habitação social.

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

Se fosse alguém vindo de fora, ou os mesmos de sempre, já tinha casa, roupa lavada, carro — tinha tudo!

Aplausos do CH.

Quase 2 milhões de pessoas vivem com menos de 632 € por mês.

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

Uma em cada 10 famílias vive com menos de 300 € por mês.

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

Até Marcelo Rebelo de Sousa — cúmplice, e que já vai tarde! — confessa frustração pela persistência da pobreza em Portugal.

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

Sr.as e Srs. Deputados, este é o reflexo das políticas socialistas falhadas — é ainda esse reflexo! Aliás, a pobreza é hoje uma marca registada do PS. Conseguiram registar essa marca.

Aplausos do CH.

O que é que andaram a fazer, em tanto tempo de governação, para deixarem o País neste estado? Desçam à terra, sejam humildes, tenham vergonha e peçam desculpa aos portugueses pelo estado a que deixaram chegar o País.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Temos hoje a oportunidade — feliz coincidência — de discutir o relatório da Provedoria de Justiça, precisamente no dia em que se assinala o Dia Internacional dos Direitos Humanos. E deixo uma nota introdutória, para referir que assinalamos hoje este dia porque as Nações Unidas deram o passo determinante de aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e neste esforço houve o papel fundamental de uma mulher, Eleanor Roosevelt, que era, na altura, embaixadora dos Estados Unidos junto daquela instituição.

Inspirando-nos, talvez, naquilo que ela, em grandes momentos da sua vida, convocava como a necessidade de não desistir, por achar que há sempre expectativa de melhores dias, nuns dias que não são especialmente favoráveis à tutela dos direitos humanos, um pouco por todo o globo, recordemos esse exemplo que pode dar-nos alguma inspiração para aguentarmos dias menos simpáticos.

O propósito deste relatório acaba por ser, de alguma maneira, o estado dos direitos fundamentais num determinado país, no nosso. Portanto, mais do que encará-lo como uma lista de compras do que ficou por fazer ou do que tem de se fazer, ele tem de ser, efetivamente, algo que nos una em identificação de prioridades para melhorarmos o sistema de direitos fundamentais.

Percebo que possa não se conseguir resistir à tentação de dizer «fizemos isto», «fizemos aquilo», «resolvemos este problema», «resolvemos aqueloutro», mas isso é da natureza deste relatório. O provedor de justiça — o provedor ou a provedora —, ao longo de todo o ano, recebe queixas dos cidadãos, formula recomendações, e o natural e expectável é que os Governos consigam dar resposta. Assim fizeram outros Governos do passado, de várias cores políticas, assim farão outros Governos no futuro, e é isso que deve ser valorizado, neste dia de hoje, em que apreciamos o relatório, mais do que estarmos à procura daquilo que faltou fazer ou daquilo que está feito de forma incompleta.

E, já agora que falamos do provedor, não há nenhum elefante na sala nem há nenhuma dificuldade em dizer que, de momento, não está eleito um Sr. Provedor ou Sr.ª Provedora — situação com que a República já teve de lidar —,…

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

… mas dê-se nota de que os adjuntos do Provedor de Justiça estão em funções…

Continuação de protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

… e asseguram integralmente o cumprimento da sua missão, com brio. Todas as pessoas que desempenham funções na Provedoria de Justiça merecem também o nosso agradecimento pelo seu empenho.

Aplausos do PS.

Não percebo o grau de irritação que uma afirmação destas possa gerar. Já aconteceu no passado!

Evidentemente, é desejável que possa ter lugar a eleição do Sr. Provedor de Justiça, mas não dramatizemos, ou não tentemos criar um caso daquilo que é o funcionamento das instituições, que pode não ter sido o mais atempado, mas, seguramente, não revela uma dificuldade de funcionamento da instituição — que, volto a dizê-lo, continua todos os dias a responder às queixas recebidas e a fazer recomendações. Seguramente, a matéria poderá ser alcançada de outra via.

Agora, foquemo-nos nos direitos fundamentais relevantes. Acho que alguns de nós devíamos resistir, não diria tanto à nossa carga ideológica, mas às nossas prioridades. Reduzir direitos fundamentais, como a IL há bocadinho fazia, às preocupações com a fiscalidade, como se, no fundo, a tributação, a propriedade, fosse aquele assunto que quer colocar em cima da mesa, quando temos um relatório tão importante que foca a pobreza transversalmente, talvez não seja a melhor leitura que faria do relatório. Ele também tem de ter alguma dimensão política.

Não tirei a tarde para incomodar a Iniciativa Liberal, mas, de alguma maneira, incomodou-me um pouco a intervenção de há instantes, como se o problema principal que parece estar aqui refletido seja em torno da fiscalidade. Não é!

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Foi o que o Sr. Deputado escolheu destacar. Das 170 páginas do relatório da Sr.ª Provedora de Justiça, foram essas que destacou.

Protestos da IL.

Obviamente, não estou a desvalorizá-las, estou apenas a dar nota de que há uma dimensão que não pode deixar de perpassar, por aquilo que lemos,…

Protestos da IL e do Deputado do PSD Alexandre Poço.

… e que se prende, efetivamente, pela forma como a pobreza, muito transversalmente, através de várias áreas, acaba por ser o principal obstáculo ao exercício de direitos fundamentais. E podemos ilustrá-lo talvez de forma mais abrangente do que, apenas, focando nessa dimensão.

No sistema prisional, por exemplo,…

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

… um reiterado elemento que consta dos sucessivos relatórios, mais uma vez se demonstram dificuldades nos contactos com familiares, dificuldades nas condições de trabalho, dificuldades no acesso à prestação de cuidados de saúde. Isto, com uma dimensão importante também no que respeita aos centros educativos. Ainda ontem, na 1.ª Comissão, tivemos oportunidade de ouvir da Comissão de Acompanhamento que o tema da saúde mental e dos cuidados clínicos para os jovens que estão em centros educativos se afigura como principalmente problemática.

Mas também existem outras dimensões, que já foram referidas em intervenções anteriores, como a da habitação, em que é notório o impacto desequilibrado, assimétrico, que acaba por assumir na esfera de muitos

cidadãos e cidadãs, que se veem privados de uma condição indispensável para a realização de outros direitos fundamentais.

Com este cardápio concluo, com um destaque que gostava de fazer à prioridade que pretendeu ser dada, no relatório deste ano, à deficiência e à inclusão, apontando morosidades várias no acesso a atestados médicos de incapacidade multiuso, à prestação social de inclusão, à habitação social, à mobilidade e à acessibilidade. Continuam a marcar passo, infelizmente, muitas das medidas e é importante, neste mês de dezembro, também recordá-las — como procurámos fazer com o agendamento que marcámos para esta semana — e tentar colocar estas temáticas na agenda para não as perder de vista, porque elas podem ser merecedoras da intervenção parlamentar.

Já agora, para terminar, um aspeto também importante sobre o estado de direito: se olharmos com atenção para o que o relatório diz, há alguns momentos de preocupação quanto à qualidade da democracia no plano local e ao acesso dos cidadãos à informação, mas há também um aspeto particularmente importante que é frisado numa das passagens sobre obstáculos ao exercício de direitos através de representantes, algo que o relatório enfatiza de forma muito clara. Para que se garanta o contraditório, para que se garanta a igualdade de armas de todos os cidadãos, é importante que estes obstáculos e estas resistências desapareçam e que, em colaboração com a Ordem dos Advogados, se consiga garantir acesso ao…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, e está em trânsito a transferência de tempo do JPP para a IL,…

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Olá!…

Risos da IL.

… que ficará com 2 segundos — uma grande capacidade de síntese —, e o Partido Socialista terá de esclarecer noutra oportunidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, e dispensam-se os cumprimentos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, se tivesse tomado atenção à minha intervenção teria percebido que o argumento da Iniciativa Liberal é exatamente o oposto daquilo que disse.

O argumento da Iniciativa Liberal foi o de que, ainda que estejamos a extrair tantos recursos, não conseguimos dar resposta a todos os problemas que estão enunciados no relatório, e por isso o Estado deveria funcionar melhor. Era este o argumento!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP, para uma intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: O relatório anual da Sr.ª Provedora de Justiça é relevante e deve ser discutido com essa relevância. Nós não podemos ter os agendamentos destes relatórios que anualmente são discutidos no Parlamento e, depois, fazer o debate como se estivéssemos a cumprir um expediente — aliás, atendendo ao próprio relatório, se formos tão bons como a Administração Pública a cumprir expediente, estaremos a prestar um péssimo serviço ao fazê-lo —, e muito menos devemos relativizar e dizer «bom, isto é a República que anda por aí, umas vezes corre mal, outras vezes corre bem, mas o que interessa é que a República vá andando para a frente». Ó Srs. Deputados, não é nada disso! Não é nada disso!

Cada um destes relatórios aponta falhas do Estado perante os cidadãos, falhas que nós temos a responsabilidade de enfatizar e, na medida daquilo que é responsabilidade do Parlamento, de alterar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Este relatório dedica-se especialmente a uma área que preocupa a todos: a pobreza. O relatório não diz que somos muito pobres ou que somos menos pobres. O relatório diz, e isso é que nos deve preocupar, que muitas situações de pobreza resultam ou são agravadas por quatro fatores: morosidade dos serviços públicos, falta de articulação entre serviços públicos, falhas na execução da lei e excesso de burocracia.

Então, e nós não temos nada a ver com isso?

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem! Liberal!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, Srs. Deputados, antes de haver um problema com a criação de riqueza — desde logo, porque essa é cíclica, e sabemos que há ciclos mais favoráveis e ciclos menos favoráveis, há medidas que podemos tomar aqui, de políticas públicas, que são mais favoráveis ou menos favoráveis a essa criação de riqueza, mas esse não é o debate de hoje —,…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

… o debate de hoje é o de que o Estado agrava e, em alguns casos, é causa da existência de pobreza em Portugal,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … e isso é que não pode deixar nenhum político satisfeito ou, sequer, sossegado.

Portanto, nós temos de perceber que, se cobramos impostos aos portugueses, temos uma primeira obrigação: aplicar bem o dinheiro desses impostos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, se nós aplicamos o dinheiro desses impostos, temos uma segunda obrigação: sermos eficientes e equitativos na aplicação do dinheiro desses impostos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nós sabemos que, a cobrar impostos, o Estado português é, provavelmente, dos melhores do mundo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Verdade!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — De uma vez por todas, temos de querer que, a aplicar esses impostos, o Estado português tenha, pelo menos — pelo menos! —, a mesma eficiência que tem a cobrá-los.

É esta a nossa obrigação: que, um dia, a bem do combate à pobreza, este País seja capaz de aplicar tão bem impostos como é capaz de os cobrar.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e da IL.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Grande liberal! Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: De facto, não deixa de ser grave, e isso já foi mencionado, que este relatório venha apontar que são sobretudo as situações de pobreza a ficar sem resposta. Este é, de facto, o diagnóstico de uma doença grave e crónica que não podemos ignorar, sobretudo quando se verifica pela lentidão, pela desarticulação, pela má comunicação e pela incapacidade de cumprir a lei. E o relatório ainda nos diz que a pobreza extrema no nosso País nem sequer desencadeia uma resposta urgente por parte da Administração Pública.

Perante isto, ficou claro neste debate que há quem queira continuar a desmantelar o serviço público, em vez de querer que ele dê respostas a quem mais precisa. Vimos, inclusivamente atrasos na atribuição de prestações essenciais; comunicações erradas; pessoas com deficiência que esperam anos por um atestado e, com isso, pela prestação social para a inclusão; e pessoas com mais idade que não têm acesso, por exemplo, a programas essenciais que só estão disponíveis *online*, porque, de alguma forma, a desmaterialização, o novo mundo digital, vem deixar para trás, sobretudo, os mais vulneráveis.

Depois, apesar de não dedicar uma palavra à violência doméstica, este relatório não deixa de espelhar — não tem um capítulo autónomo, mas espelha isso em todo o relatório — aquele que continua a ser um dos maiores flagelos do nosso País.

Concluindo, apesar de estarmos numa vacatura de cargo, aquilo que verificamos é…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Vanessa Barata.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Chegados ao final deste debate, concluímos que persiste um problema que foi ignorado com sucesso pelo Governo, pela bancada que o suporta e pelo Partido Socialista.

Hoje, debatemos um relatório elaborado por alguém que é ministra, há meio ano, em áreas de atuação coincidentes. Este problema não foi resolvido e este Governo conseguiu a proeza de não o resolver até ao dia de hoje, sabendo que este debate iria ser feito.

Se não têm ninguém competente para o cargo, Srs. Deputados, deixem connosco!

Risos do Deputado do L Paulo Muacho.

É de uma irresponsabilidade imensa deixar o País sem provedor, e é de uma insensatez sem precedentes não querer saber.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está assim terminado este ponto da ordem de dia.

Antes de passar ao ponto dois, anuncio à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas diversas galerias, um grupo de alunos e professores do Externato de Penafirme, Torres Vedras; um grupo de alunos e professores do Colégio da Trofa; um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas Fernando Namora, da Brandoa; um grupo de alunos e professores do Instituto Nun'Alvres, de Santo Tirso; e também um grupo de cidadãos do município de Pombal — como sabem, hoje, celebra-se na Assembleia da República o Dia dos Municípios, com o município de Pombal —, estando presentes membros do corpo municipal, membros do Parlamento dos Jovens e o Sr. Presidente da Câmara de Pombal, a quem saúdo.

Aplausos gerais.

Vamos então agora entrar do segundo ponto da ordem do dia, que é a discussão da proposta de Lei n.º 39/XVII/1.ª (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2025-2029.

Para a intervenção inicial, vou dar a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Ministro dos Assuntos Parlamentares levantou-se da bancada do Governo e começou a subir as escadas de acesso à Mesa.

Risos.

Para estar aqui é preciso ser eleito…

Risos gerais.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Olha a separação de poderes!

O Sr. **Presidente**: — … para este cargo, claro.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E não foi fácil!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O tempo internacional em que estamos é marcado pela incerteza económica, pela instabilidade geopolítica, por profundas transformações tecnológicas e, ainda, por desafios demográficos que colocam pressão sobre os nossos serviços públicos e condicionam a sustentabilidade das nossas políticas sociais. É neste contexto de risco geral que o Governo apresenta a Lei das Grandes Opções para 2025-2029, que consubstancia uma visão estratégica, coerente e determinada para orientar a ação pública no próximo quadriénio.

As grandes opções sistematizam-se em 10 eixos: rendimento, Estado, economia, imigração, serviços essenciais, segurança e justiça, habitação, infraestruturas, água e defesa. Esses eixos traduzem um conjunto de prioridades e objetivos estratégicos devidamente articulados com instrumentos de planeamento e financiamento plurianual. É esta coerência entre visão, objetivos e execução que dá força ao documento.

No primeiro eixo, o Governo declara um princípio inequívoco: o trabalho deve compensar. Por isso, projetamos reduzir o IRS para a classe média, reforçar salários e pensões, reter talento, valorizar a poupança, simplificar prestações sociais, proteger crianças, idosos, pessoas com deficiência e cuidadores informais. É um modelo que liga eficiência económica a justiça social — produzir mais para incluir melhor.

O segundo eixo é, talvez, o mais transformador: a reforma do Estado e a guerra à burocracia. Portugal tem de superar, de vez, o vício de complicar o que pode e deve ser simples, os sucedâneos da escola do carimbo, do parecer prévio inafastável, das exigências redundantes e da espera desesperada pela pronúncia de mais um órgão que desponta no labirinto da decisão administrativa.

Porque a Administração Pública é a espinha dorsal da democracia social, queremos valorizá-la e capacitá-la através da digitalização, da interoperabilidade, do uso responsável da inteligência artificial, de plataformas integradas que possibilitem uma prestação de serviços públicos simples, transparente e eficiente. E estaremos atentos a que os múltiplos fatores culturais da teoria geral da complicação não desvirtuem a modernização administrativa, transformando-a num novo processo burocrático em eventual embalagem digital.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O terceiro eixo assume o crescimento económico como fundamento da soberania. Inclui competitividade fiscal, formação alinhada com o mercado, apoio ao

financiamento empresarial, promoção da ciência e tecnologia, redução de custos de contexto e execução acelerada dos fundos europeus.

O quarto eixo representa um desafio que o Governo já está a resolver: gerir fluxos migratórios com humanidade, mas também com rigor e autoridade. Portugal continuará a ser um país aberto, mas não pode ser um país desregulado nestes fluxos migratórios. Preconizamos uma política situada na área da moderação, mas firme e orientada para o interesse nacional.

O quinto eixo centra-se na saúde, educação, cultura, desporto e mobilidade. Aqui, o objetivo é simples: estes serviços essenciais têm de funcionar para todos, com qualidade e proximidade.

O sexto eixo reafirma a prioridade à segurança e ao Estado de direito. Há a previsão de investimento reforçado em policiamento de proximidade, prevenção da criminalidade juvenil, resposta à violência doméstica, cibersegurança e reforço da capacidade operacional das forças de segurança. Não há democracia moderna e capaz sem que a autoridade do Estado de direito democrático possua os meios necessários para impor a justiça e a segurança.

O sétimo eixo é dedicado à maior crise social da década, a da habitação. Portugal precisa de mais casas, e não apenas de mais legislação.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Por isso, o Governo assume uma visão estrutural, de aumentar a oferta, baixar preços e estabilizar o mercado. Ao mesmo tempo, simplifica licenciamentos, reduz impostos na construção, mobiliza património público, apoia arrendamento acessível e promove desenvolvimento urbano integrado. Sem habitação não fixamos jovens, não atraímos talento e nunca teremos coesão territorial.

O oitavo eixo apresenta as importantes decisões que o País adiou durante décadas: o novo aeroporto, a alta velocidade ferroviária, a modernização de portos, o reforço de redes energéticas e digitais e a coordenação nacional dos investimentos públicos.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Agradece ao PS!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O nono eixo assume frontalmente a urgência climática: a água, a segurança hídrica, a lógica da reutilização, o restauro dos ecossistemas e a preparação de Portugal para fenómenos climáticos extremos.

Finalmente, o décimo eixo corresponde ao contexto global, um mundo instável e competitivo. O Governo antecipa o compromisso nato dos 2 % do PIB (produto interno bruto), reforça capacidades militares, investe na indústria de defesa, moderniza a ciberdefesa e prepara o País para crises futuras. Este investimento não é apenas militar; é, acima de tudo, diplomático, industrial e estratégico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Lei das Grandes Opções para 2025-2029 é um documento sólido, coerente, tecnicamente robusto e politicamente ambicioso. É uma estratégia que responde às necessidades presentes e prepara Portugal para 2050, alinhada com as megatendências globais e com os objetivos de desenvolvimento sustentável. É neste espírito de ambição e de responsabilidade que convidamos esta Assembleia a aprovar a presente lei, porque o futuro de Portugal não pode continuar a ser postergado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vamos ver! Foi fantástico ou maravilhoso?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, depois de um bom Orçamento, umas Grandes Opções do plano.

Risos do PS e do L.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E se o Orçamento apresenta uma ideia para o próximo ano, de curto prazo, as Grandes Opções do plano permitem visualizar aquilo que o Governo da AD (Aliança Democrática) pretende construir, para o País, nos próximos quatro anos.

A Sr.ª **Alexandra Leitão** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E que diferença, face ao País que herdámos do Governo Socialista!

Vozes do PS: — Ah!…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Um país onde os salários dos portugueses irão beneficiar de uma redução de IRS de mais de 2 mil milhões de euros.

Protestos de Deputados do PS.

Um país onde as empresas irão pagar apenas uma taxa de 17 % do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), com as PME (pequenas e médias empresas) a pagarem uma taxa mínima de 15 %.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Quantas vezes subiu o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos)?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Um país onde o salário médio atingirá, pelo menos, os 2000 € mensais,…

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Os 3000 €!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … com a ambição de chegar aos 2500 € e 3000 € mensais.
Um país onde nenhum pensionista receberá menos de 870 € mensais.
Um país que investirá mais de 7 mil milhões de euros na defesa, para reforçar as nossas Forças Armadas e para honrar os compromissos que temos com os nossos aliados.
Um país que crescerá 3 % ao ano e que terá uma dívida pública perto dos 70 % do PIB.

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Onde é esse país?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Se a revista *The Economist* nomeou a economia portuguesa como a economia de 2025, o nosso objetivo é que estas reformas reforcem o estatuto que Portugal já hoje conquistou.
Sr. Ministro, em vésperas de uma greve geral convocada, sobretudo, por aqueles que não querem fazer reformas estruturais, que querem que tudo fique na mesma,…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então não está tudo bem?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … deixo-lhe a seguinte pergunta: será possível atingir as metas ambiciosas de 2029 sem uma reforma fiscal, que reduza o IRS e o IRC? Sem uma reforma laboral, que flexibilize as relações de trabalho? Sem uma reforma do Estado, que derrote definitivamente a burocracia? E sem um investimento decisivo na defesa, que defenda Portugal das ameaças crescentes às democracias europeias?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor, com o tempo disponível.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — A pergunta é difícil, Sr. Ministro!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, agradeço-lhe a sua questão, e a resposta é que «não será possível», nem atingir essas metas ambiciosas, nem sequer continuar naquele ramerrame, não de governação, mas de gestão a que o País foi habituado nos últimos anos.

De facto, nós temos de projetar o País para a frente, com ambição, e esses eixos que o Sr. Deputado aqui enunciou são fundamentais. A reforma do Estado, a reforma laboral e a reforma fiscal são essenciais para que Portugal possa ter mais ambição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por muito que algumas bancadas continuem a achar que ambição é defeito, não é. É isso que nós temos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje, debatemos as Grandes Opções do plano, um documento, com quase 200 páginas, com as grandes prioridades para o País, nos próximos quatro anos, em educação, saúde, defesa, ambiente; um documento em que se fala de tendências globais e com dezenas de intenções para os próximos quatro anos.

É um documento que, se fosse levado a sério, implicaria uma discussão de várias semanas, tal o detalhe, tais as *nuances* de cada análise, de cada tendência, de cada estratégia.

Para este debate, que deveria ser complexo, reservámos 37 minutos — tanto tempo como o que dedicámos a debater burcas, ainda há umas semanas, e apenas mais 15 minutos do que o tempo que dedicaremos, daqui a uns dias, para debater umas obras num cinema de Lisboa.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — É porque é Lisboa, Carlos!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Esta opção de tempo é bastante simbólica da importância que se dá a este documento e, acima de tudo, da falta da importância que se dá a discussões sobre o futuro, às grandes tendências e às reformas estruturais de que o país precisa. Do Governo às oposições socialistas, faz-se política a pensar nas próximas eleições e não nas próximas gerações.

Os meus 3 minutos não dariam para falar em nenhum tema com a profundidade que merece, mas nós concordamos até com alguns dos diagnósticos que estão lá, e com algumas das propostas também. No entanto, para levarmos o documento a sério, ele teria de ser muito mais concreto nas propostas e, acima de tudo, nos prazos para a implementação dessas propostas.

Compromisso a sério com o futuro seria termos medidas concretas, com prazos de implementação, com responsáveis que pudessem ser confrontados com a sua execução. Em vez disso, temos quase sempre ambições genéricas, prioridades espalhadas, e todos nós sabemos que quando tudo é prioritário nada é verdadeiramente prioritário.

Nós sabemos quanto é que se vai gastar nos próximos quatro anos em cada ministério. A despesa está lá toda, já. As políticas e as reformas é que não sabemos quando serão implementadas, de que forma, a que ritmo, com que objetivos — nada! Absolutamente nada!

Há muito tempo que o contexto internacional não era tão positivo para a economia portuguesa. Lamentavelmente, o Governo e as principais oposições parecem conformados em surfar a onda do contexto, para não mudar absolutamente nada, sem aproveitar os bons ventos para levar o País para outros níveis antes que os ventos mudem de direção. E, é verdade, mudar é arriscado, mudar traz a possibilidade de perder as próximas eleições, mas não mudar é muito pior, porque dá a certeza de perdermos as próximas gerações.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Mendonça Mendes, do Partido Socialista.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: Apreciamos hoje as Grandes Opções e o quadro plurianual das despesas públicas, que deveria iniciar o processo orçamental e que é discutido menos de duas semanas depois do encerramento desse mesmo processo orçamental. Ainda assim, é útil fazermos esta discussão, porque nos permite recapitular a matéria dada.

Discutimos, pois, as Grandes Opções deste Governo, Grandes Opções que são duas: a opção pelo ajuste de contas com o passado e a opção pela incapacidade de enfrentar com verdade os desafios do presente.

Vamos ao ajuste de contas com o passado. Depois de uma longa travessia na oposição, o Governo, o PSD e a AD demonstram, nestes 20 meses, uma enorme vertigem com o passado. Diabolizam a herança, mas perseguem-nos os fantasmas das suas ações passadas e a realidade dos factos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso! É verdade!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Queixaram-se do crescimento económico, imortalizado nas *Crónicas de um País Estagnado*, da autoria do Professor Sarmento, hoje Ministro Joaquim, que celebra crescimentos inferiores com os mesmos argumentos que antes desdenhou.

Aplausos do PS.

Queixaram-se do caos do SNS (Serviço Nacional de Saúde), prometeram resolver tudo em 60 dias, com um plano de emergência, falharam. Agravaram os problemas e refugiam-se agora no aumento da atividade assistencial do SNS, que antes teimavam em desconsiderar. É mesmo enternecedor ouvir o Primeiro-Ministro falar deste tópico. Seria cómico, se não fosse trágico.

Queixaram-se dos alunos sem aulas, e o que sobrou da promessa de que «muda o Governo, resolve-se o problema» foi uma auditoria para apurar o número de alunos sem aulas, apenas para tapar a fraude dos dados que o próprio Governo passou ao semanário *Expresso*.

É, pois, muito claro, Sr.as e Srs. Deputados, que a narrativa de uma herança pesada na economia e nos serviços públicos não sobrevive a qualquer discussão intelectualmente honesta sobre o estado do País que herdaram. Da nossa parte, não temos nenhum problema em fazer o debate, setor a setor, área a área, sobre a herança deixada. Marquem o dia e a hora.

Sr.as e Srs. Deputados, já chega de tentar acertar as contas com o passado. É tempo de olhar para o presente, com os olhos postos no futuro.

Este é um Governo fraco, sem força própria para poder cumprir o seu programa. Um Governo que encontra neste Parlamento uma maioria de dois terços de direita, incluindo a extrema-direita.

Talvez por isso melhor se compreenda a segunda grande opção deste Governo: a opção pela incapacidade de enfrentar, com verdade, os desafios do País.

Apenas 2 % dos imigrantes residentes em Portugal pedem a nacionalidade portuguesa. O que é que vamos fazer? Vamos dificultar o acesso à nacionalidade. Existem problemas de integração com os imigrantes, maioritariamente homens. O que é que vamos fazer? Vamos dificultar o reagrupamento das famílias e impedir que homens, mulheres e filhos construam juntos as suas vidas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — O PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) precisa de mão-de-obra para assegurar a sua plena execução? Então vamos restringir a imigração. Veremos se não acabamos como o Governo italiano.

O mercado de trabalho está em máximos, a precariedade laboral a cair, os salários a subir e a economia no ciclo de crescimento mais longo e convergente desde a adesão ao euro? Então vamos baixar o IRC (imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas) e alterar a lei laboral, retirando direitos aos trabalhadores para tornar a nossa economia mais competitiva.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a verdade é que a grande opção do Governo tem sido a opção pela sua própria sobrevivência.

O Governo gasta, gasta, gasta, sem pensar no amanhã. A Comissão Europeia adverte que o crescimento da despesa líquida primária é incompatível com o limite acordado. O que é que faz o Governo? Passadas 24 horas sobre a aprovação do Orçamento do Estado, aumenta os impostos sobre os combustíveis, iniciando a retirada de 1000 milhões de euros à economia.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD e do CDS-PP.

O mesmo Governo, na presente proposta de lei, pede ao Parlamento para o Parlamento aprovar um corte de 1000 milhões de euros na agricultura, em 2029, e um corte de 34 % na cultura, a partir de 2027.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Governo esgota-se na sua autossatisfação. Tem uma agenda de perceções e ações de ajuste de contas com o passado, de que o ataque à Agenda do Trabalho Digno é apenas o episódio mais recente. Nas Grandes Opções, que são exclusivamente suas, estarão sozinhos. O País, como sempre, conta com o PS.

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não tem tempo para responder, mas tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar do PSD.

Pausa.

A Mesa foi informada de que haverá transferência de tempos para a resposta.

Para pedir esclarecimentos, dispondo de até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Fonseca, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Mendonça Mendes, a pergunta que lhe quero fazer é telegráfica.

Entende que, quando o Governo do qual fez parte terminou com o IVA zero para os bens alimentares, os portugueses também assistiram a um enorme aumento de impostos?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ora aí está!

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — No quadro atual, o Sr. Deputado não tem tempo para responder. Contudo, foram cedidos 20 segundos do CDS-PP ao Partido Socialista.

Assim, para responder, dispondo de 11 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado António Mendonça Mendes.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, muito obrigado pela cedência do tempo.

Sr. Deputado Alberto Fonseca, creio que não quer desafiar a matemática. Um é mais do que zero, por isso, quando a taxa de ISP sobe, ela sobe mesmo e significa um aumento de impostos.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Seja sério!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Já agora, Sr. Deputado, 24 horas depois de o Orçamento estar aprovado, aprovou um orçamento retificativo. Esse foi o seu legado!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dispondo de 1 minuto, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: As Grandes Opções para 2025-2029 apresentam eixos estratégicos importantes — rendimentos, reforma do Estado, criação de riqueza, serviços essenciais, infraestruturas e sustentabilidade. Mas a verdade é clara: sem execução concreta, sem atenção às especificidades das regiões autónomas, estes planos ficarão no papel.

Defendemos a mobilidade como um direito, serviços essenciais de qualidade e justiça territorial efetiva. É urgente criar planos regionais vinculativos, financiamento adequado e metas claras de impacto real para que cada cidadão tenha as mesmas oportunidades e igualdades. Como referi, são eixos estratégicos importantes, mas exigimos que as regiões autónomas deixem de ser rodapé e passem a ser prioridade.

Continuaremos a propor soluções concretas, a dar voz às ilhas e a construir políticas que aproximem as regiões do continente, dando qualidade de vida, mobilidade e oportunidades iguais a todos os portugueses. As regiões não são rodapés, a mobilidade não é um luxo e a justiça territorial não é opcional. Defendemos as ilhas…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Depois de termos, nesta Casa, feito aprovar pelo centrão um Orçamento do Estado frouxo,…

Risos do PSD.

… o que o Governo nos traz hoje não é um plano das Grandes opções, é um plano das grandes ilusões para o País.

Aplausos do CH.

Isto, meus senhores, é um documento vazio,…

O orador exibiu o documento das Grandes Opções para 2025-2029.

… é um documento sem metas, é um documento sem qualquer calendário, sem indicadores. No fundo, é um documento sem rumo.

Não é só o Chega que o diz, é o Conselho Económico e Social que o diz no seu parecer, recebido na Assembleia da República e assinado pelo Sr. Prof. Pedro Pita Barros.

Não estamos a falar no vazio, Srs. Deputados. O vosso programa para as Grandes Opções do Plano não passa de um panfleto de propaganda para esconder uma total — total! — falta de visão, falta de coragem e falta de absoluta competência.

Srs. Deputados, 63 % deste plano — atentem bem, Srs. Deputados, 63 % deste plano — depende totalmente de fundos europeus. Quer dizer, Portugal paga impostos como um país rico, mas precisa de andar de mão estendida às esmolas de Bruxelas para fingirem que investem no País.

Depois planeiam cortar brutalmente o investimento em 2028 e em 2029. Ou seja, este Governo anuncia o seu próprio fracasso e, ainda por cima, com dois anos de antecedência.

Portugal, meus senhores, é um país envelhecido, um dos países mais envelhecidos da Europa e, no fundo, não há uma política séria de natalidade. Não há, neste documento, o eixo da longevidade. Não há contratação coletiva para proteger os salários.

Este Governo, meus senhores, é igual aos Governos do Partido Socialista.

Aplausos do CH.

Este Governo é igual ao do Partido Socialista porque não quer trabalhadores fortes, não quer famílias fortes. O que este Governo quer são cidadãos dependentes e cidadãos submissos à sua tirania.

Quanto à economia, Srs. Deputados, Portugal tem uma taxa de impostos sobre as empresas que pode chegar aos 30,5 %, enquanto países como a Irlanda cobram apenas 12,5 %.

Mas o que é que este Governo prefere fazer? Prefere investimento perdido — perder empresas e assim perder também empregos —, só para alimentar o vício da máquina fiscal, só para alimentar um Estado gordo, pesado, anafado, um Estado burguês que está a sangrar um país que empobrece totalmente.

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

Por isso, nesta bancada, que é a bancada líder da oposição, não compactuamos com esta decadência.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Nós não votamos num país dependente, envelhecido, tributado até à morte e governado por burocratas que desistiram de acreditar no seu povo.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Nós votamos pelos trabalhadores, pelos que investem, pelos que querem ter filhos, pelos que querem viver num Portugal forte, livre e soberano.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Este relatório das Grandes Opções do Plano, no nosso entender, não é um plano para o País. É um catálogo de meias-verdades que não está ao serviço da população, mas sim ao serviço dos mesmos de sempre.

Senão, vejamos: prometem a valorização do trabalho e a justiça social, mas o que querem é permitir despedimentos com justa causa, sem que o empregador tenha de mostrar provas; prometem a conciliação da vida pessoal e profissional, mas depois querem aumentar horários de trabalho para mais de 150 horas por ano, sem que os trabalhadores ganhem mais 1 € que seja; falam na conciliação da vida familiar, mas depois cortam nas licenças, sobretudo em relação às mulheres que amamentam e no luto gestacional. Isto não é sequer equilíbrio, é retrocesso, é falta de empatia e de promoção da igualdade de género.

Na habitação, as propostas são para um país que não é o país real. Já aqui falámos, mas não podemos deixar de repetir, que achar que uma renda de 2000 € é uma renda moderada é de quem efetivamente não conhece o País que governa.

Depois, no que diz respeito à lei do clima, apostam as fichas todas na «Água que Une». Sobre a proteção animal, nem uma única palavra em todo o relatório.

Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, no pouco tempo que temos para a análise deste relatório tão relevante para o País, este é um plano para os mesmos de sempre, com as políticas de sempre, apenas com uma nova roupagem. E, por isso mesmo, o PAN não vai acompanhar.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: As Grandes Opções do Plano, discutidas agora, depois de aprovado o Orçamento do Estado, não deixam de causar perplexidade. Comprovam que, contrariamente à sua retórica, as opções do Governo — que se refletem em todo o Orçamento do Estado, da responsabilidade do PSD e do CDS —, contaram, para lá das manobras, com o apoio da IL e do Chega, tendo o Partido Socialista viabilizado o Orçamento.

As GOP (Grandes Opções do Plano) dão tradução, assim, ao Programa do Governo: o favorecimento dos grandes interesses, dos grupos económicos e das multinacionais; o ataque aos direitos dos trabalhadores — exemplo disso é o pacote laboral apresentado pelo Governo, com a manutenção de baixos salários e pensões —; o ataque aos serviços públicos, seja pelo desinvestimento, seja pela redução da capacidade da Administração Pública, seja pela privatização; a extinção e concentração de serviços; a promoção da especulação; as crescentes dificuldades no acesso à habitação; e o prosseguimento de privatizações de setores estratégicos.

Não há compromisso para uma efetiva valorização do trabalho e dos trabalhadores, dos salários, das carreiras e das profissões, como não consta qualquer referência à contratação coletiva, instrumento importantíssimo para a valorização dos salários e dos direitos dos trabalhadores.

O Governo transforma necessidades estruturais do País e do povo em oportunidades de negócios milionários para alguns. Deixa clara a sua opção pela privatização na saúde e na educação, continua a não ser consequente com a importância da criação de um parque público de habitação acessível aos cidadãos e do reforço do papel do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), prepara-se para o assalto à Segurança Social, com o objetivo de entregar o dinheiro dos trabalhadores a fundos privados e, quanto aos transportes, nomeadamente na ferrovia até à água, as intenções vão no sentido da sua entrega aos grupos privados.

Privatizações, liberalizações, modelos de negócio em gestão privada, novas parcerias público-privadas, tudo serve para capturar o interesse nacional. Em nome da concorrência, as GOP transformam serviços públicos em monopólios privados, ao mesmo tempo que não se veem compromissos concretos, por exemplo, para o reforço do policiamento de proximidade, para assegurar o acesso pleno à justiça ou até mesmo para permitir o funcionamento dos tribunais com meios e recursos para garantir a celeridade e eficácia da justiça.

Uma nota para a ausência de referência explícita à promoção de igualdade entre homens e mulheres e o combate às múltiplas formas de violência contra as mulheres.

Quanto ao investimento público, mantém-se a dependência de fontes de financiamento europeias, enquanto as verbas provenientes do Orçamento do Estado correspondem a 37 % do total.

Por outro lado, há uma insuficiência também em termos de investimento, e, mesmo insuficiente, nem assim tem sido executado.

Pois esta tem sido a variável que o Governo tem utilizado para a tal política orçamental e para o tão desejado excedente orçamental. Mais desigualdades, injustiças, retrocessos e agravamento das condições de vida — são estas as opções que constam nas GOP.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do Partido Social Democrata, para uma intervenção.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos aqui esta tarde a discutir as Grandes Opções para 2025-2029 — orientações e escolhas fundamentais de política pública, económica, social, ambiental e territorial até 2029, indo ao encontro dos eixos prioritários da Agenda Transformadora do programa do atual Governo. Isto depois de, há duas semanas, termos aprovado aqui, na Assembleia da República, o Orçamento do Estado para 2026.

Importa recordar que é um Orçamento do Estado que não aumenta um único imposto, que reduz os impostos sobre famílias e empresas, que garante investimento público em infraestruturas e em serviços públicos. Sim, porque investir em serviços públicos é também investir na qualidade de vida e no bem-estar dos cidadãos.

É um Orçamento do Estado, Sr. Deputado Pedro Frazão, em que não há «gato escondido com o rabo de fora». É um Orçamento do Estado que realmente apoia as famílias, apoia as empresas e investe na estratégia para o futuro do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Esta visão de futuro das Grandes Opções está perfeitamente alinhada com as recentes declarações do Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, que disse que o País tinha a obrigação de ambicionar um salário mínimo mais elevado e um salário médio ainda mais elevado. Isto porque o País não se pode resignar aos baixos salários, isto porque não nos podemos contentar em ser pobres ou remediados.

Esta ideia, esta política, esta forma de estar do poucochinho é muito pouco para um País com nove séculos de história, que tanto já conquistou. É muito pouco para o povo português. O povo português, os governantes, os políticos devem ter essa ambição, a ambição de ir mais longe, a ambição de crescer mais, a ambição de crescer 3 % ao ano, a ambição de melhorar a vida das pessoas, que é para isso que todos nós somos eleitos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.as e Srs. Deputados, não há dúvida que estamos no caminho certo. Ainda esta semana, a revista *The Economist* reconheceu a economia portuguesa como a economia do ano, mas esse reconhecimento não nos deve envaidecer, não nos deve contentar, porque queremos mais, queremos muito mais. E, para conseguirmos ir mais longe, precisamos de reformar o País, precisamos de fazer reformas. Aliás, indo ao encontro da linha deste Governo, que, pela primeira vez, criou o Ministério da Reforma do Estado, por contraponto à inação e ao imobilismo do Partido Socialista, que durante oito anos não fez uma única reforma. Não fez uma reforma que se visse no nosso País!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados, falar de reformas inclui, naturalmente, a reforma laboral, uma reforma de que o País precisa para ter um mercado de trabalho mais flexível, mais adaptado à realidade do século xxi, não só para responder às necessidades das empresas, mas, sobretudo, para corresponder à nova forma de estar, de vida, de perspetiva dos portugueses, dos trabalhadores, quanto às suas carreiras e às suas vidas. Portugal, a economia portuguesa, os trabalhadores e os portugueses precisam desta reforma laboral.

Sr.as e Srs. Deputados, era muito mais fácil para o Governo não fazer nada, aliás, como fez o Partido Socialista. Era muito mais fácil o Governo não ter apresentado este anteprojeto de reforma laboral, era muito mais fácil não ter introduzido o tema na agenda política. Bastava estar quieto, até porque estamos com máximos de emprego e estamos com mínimos históricos de desemprego.

Protestos do PS.

Mas este Governo não está aqui para fazer a gestão do quotidiano, este Governo não está aqui para fazer a gestão corrente do País, este Governo está aqui para mudar, para reformar, para fazer acontecer e para transformar o País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Daí que não se entenda o porquê de uma greve geral, uma greve precipitada, infundada, injustificada e motivada pelos interesses daqueles que querem ganhar na rua aquilo que perderam nas urnas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A esquerda não percebeu a mensagem dada pelos portugueses nas passadas eleições legislativas. E, não satisfeita com o seu declínio, quer arrastar consigo os seus braços sindicais para esse declínio.

Falar de futuro é falar da valorização de mais de 20 carreiras que este Governo já fez. Hoje, os trabalhadores e os portugueses têm mais rendimento, vivem melhor do que viviam aquando da governação socialista. Mas, na altura, com menos rendimentos, com as carreiras estagnadas por culpa do Partido Socialista, não havia greve geral. Hoje — pasme-se! — há greve geral. Isto é coerente? Não, não é. Isto é credível? Não, não é. Isto é sério? Não, não e não. Não é sério. Esta greve geral não é credível, não é coerente e não é séria!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por tudo isto, as Grandes Opções mostram o caminho que este Governo quer trilhar. Um País onde seja possível criar riqueza, criar valor, para dessa forma ter um Estado social forte e robusto. Um País seguro. Um País que saiba acolher aqueles que nos escolhem. Um País em que nascer em pobreza não significa morrer em pobreza, onde o elevador social funciona efetivamente.

Sr.as e Srs. Deputados, com este Governo, os próximos anos serão de trabalho, em prol dos avós e dos netos, dos pais e dos filhos de Portugal, cuidando do presente e cultivando as sementes do futuro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Pedro Frazão, a quem dou a palavra.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado João Antunes dos Santos enveredou pelo discurso dos gatos e, portanto, estamos no meu campo de combate.

Risos do CH e do PSD.

Sabe uma coisa, Sr. Deputado? Diz o povo que «quando o gato sai, os ratos fazem a festa», e o que os Srs. Deputados do PSD queriam era que o Chega saísse para os senhores fazerem a festa. Mas nós estamos aqui para fazer oposição, para cumprir a missão de líderes da oposição, que foi isso que os portugueses nos conferiram.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

E nessa missão de líderes da oposição, também tenho de lhe dizer que «gato escaldado de água fria tem medo», e os portugueses estão cheios de medo destas Grandes Opções do Plano do PSD.

Protestos do PSD.

Sabe porquê? Porque, Sr. Deputado, os senhores transformaram-se numa bancada de *yes-men* para amparar os golpes do Governo. Senão, respondam-me a estas perguntas, por favor: Onde é que está o vosso combate prometido pela natalidade? Onde é que está, nestas Grandes Opções do Plano, a natalidade? Onde é que estão as vossas promessas feitas às famílias? Portugal caminha para um colapso demográfico. E o PSD o que é que faz? Passa a vida a acusar a esquerda dessa responsabilidade, mas quando tem poder executivo nada faz.

Outra pergunta: onde está a vossa defesa da classe média, dos trabalhadores, daqueles que pagam a festa, a festa deste Parlamento, a festa do Governo e as viagens para o estrangeiro? Onde está a defesa da classe média, Sr. Deputado?

Protestos do PSD.

Ainda outra pergunta: onde está a vossa velha bandeira da eficiência do Estado? É que estes planos, como disse o próprio CES (Conselho Económico e Social), não têm metas, nem indicadores, nem monitorização, nem execução garantida. Está tudo no ar, é tudo no ar, Sr. Deputado. Foi para isso que os senhores pediram os votos aos portugueses? Os senhores não passam…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para esclarecer, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos. Tem 34 segundos.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, bem, Sr. Deputado Pedro Frazão, relativamente ao tema dos gatos, deixo o tema consigo, porque não quero entrar nessa discussão.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — O Sr. Deputado percebe muito mais disso do que eu, certamente, e eu não quero entrar nessa discussão consigo.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É melhor!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Relativamente ao futuro do País, entro nessa discussão para dizer que percebo que o Chega está a torcer para que isto corra mal, o Chega está a torcer para que o País corra mal, para que a vida corra mal às portuguesas e aos portugueses.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Olhe que não!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — E nós não, nós temos a confiança dos portugueses, os portugueses que há poucos meses nos elegeram e os portugueses que acreditam no nosso trabalho.

O nosso trabalho é sério. É um trabalho de redução de impostos, de aumento dos rendimentos e que vai contribuir muito para a capacidade produtiva das nossas empresas e a qualidade de vida das portuguesas e dos portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Ora, muito bem, uma certeza tivemos: agora, aqui há gato, não é? Aqui está a certeza.

Risos do PSD, do CH e do CDS-PP.

Para uma intervenção, vai usar da palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias: Apesar da tentativa de trazer sempre este tipo de debates para as microagendas políticas e para a agressividade do discurso quotidiano na política, o debate das Grandes Opções do Plano poderia ser estruturante, num momento único para a história do nosso País. E aí concordo com a intervenção que fez o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto no início.

Estamos, neste momento, com um excedente orçamental, conseguido à custa principalmente das contribuições para a Segurança Social, não das contas da administração central.

Estamos, neste momento, com uma configuração parlamentar que é plural, não temos uma maioria absoluta e, portanto, teríamos agora uma janela de oportunidade única para discutir na nossa pluralidade, certamente discordando muito, aquelas apostas que, num mundo que está em franca desorientação, um partido, um país pequeno ou médio na escala europeia poderia fazer para as próximas décadas num contexto que será de alargamento da União Europeia. Não o estamos a fazer.

Deveríamos fazer uma discussão pré-orçamental, a que chamo de «compromisso de equidade e investimento», antes dos papéis que entregamos a Bruxelas no Semestre Europeu. Podíamos fazê-lo entre várias comissões, podíamos nomear relatores dos partidos para podermos fazer, em profundidade, a discussão acerca dos grandes pilares do que seria o nosso desenvolvimento futuro. E aí poderíamos discordar.

Do ponto de vista do Livre, deixem-me juntar alguns dos horizontes que gostaríamos de trazer a essa discussão: em primeiro lugar, um horizonte de planificação e de transição ecológica, que seria o natural para o desenvolvimento das Grandes Opções do Plano; em segundo lugar, a vontade de fazer do nosso País uma plataforma para uma elite de serviços europeia e atlântica, tirando partido da maior qualificação da nossa força de trabalho, das ligações à diáspora, da pertença, em simultâneo, à União Europeia e à CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), e da capacidade de fazer ligações com a África e com o continente americano; e depois, evidentemente, tudo aquilo que tem a ver com o horizonte das novas tecnologias e da inteligência artificial.

Disse-o aqui muitas vezes: Portugal poderia ter sido o primeiro país da União Europeia a fundar a sua agência portuguesa de inteligência artificial, a sua agência nacional, que as novas regulamentações europeias tornam praticamente inevitável. Não fomos. Fê-lo a Espanha antes de nós. A Espanha não só a anunciou e fez, como decidiu sedeá-la na Corunha.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Está suspenso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Basicamente, Portugal poderia ter feito isso, essa proposta foi apresentada.

Portugal tem uma escolha muito clara e, deste Parlamento, também podemos, às vezes, falar para os nossos concidadãos e convidá-los a dissiparem esta espuma do dia que temos das entrevistas constantes de quem quer trazer a política sempre para o mais baixo, para o mais agressivo e para o mais odioso. Podemos dizer aos nossos concidadãos que temos, neste momento, uma janela de oportunidade que não se repetirá.

Nunca tivemos condições em democracia de ter excedentes orçamentais, de ter uma força de trabalho mais qualificada, daqui a pouco tempo quase toda ela já formada no Portugal europeu. É agora, ou, muito provavelmente, com a degradação do mundo que estamos a viver, com o ataque às democracias e ao Estado de direito, será nunca. Ponham os olhos num debate que tem de ser muito melhor do que aquilo que tem sido feito para o nosso País nos últimos tempos.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrições, tem a palavra, para encerrar este debate, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente: O Sr. Deputado da Iniciativa Liberal Carlos Guimarães Pinto demonstrou algum desconforto, mas julgo que o seu desconforto é onomástico.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — São opções!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É hermenêutico!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Ou seja, chama-lhe «grandes opções do plano» — outros Deputados incorreram no mesmo erro — e o que lhe faz confusão é a palavra «plano». Mas eu queria sossegá-lo, queria-lhe trazer conforto, Sr. Deputado. A palavra «plano» já não está lá, já não existe e, portanto, é livre. Se essa palavra lhe causa tanta repugnância e quer travar uma guerra santa contra a planificação, essa palavra já não está lá. Portanto, é livre de apoiar esta lei que o Governo agora aqui apresentou.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Depois, o Sr. Deputado Pedro Frazão disse que esta Lei das Grandes Opções era uma grande ilusão. Talvez por, enfim, dirigentes do seu partido estarem tão habituados a irem a comícios de outros partidos em Espanha, provavelmente queria dizer *ilusión* em espanhol, que significa uma ambição, algo que é tangível, que é bom, que é apetecível e que vai ser conseguido. Nesse sentido castelhano, estou de acordo consigo. Esta é a nossa grande ambição.

As Grandes Opções, tal como o Orçamento que foi aprovado nesta Casa, significam o seguinte: Portugal vai ser transformado por este Governo.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — No final desta legislatura, comprometendo-nos com estas Grandes Opções e com os programas operacionais que vamos apresentar entretanto, vamos transformar Portugal. Se era para deixar o País como ele estava, se era para deixar tudo na mesma,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso era ali com aqueles senhores à esquerda!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … no repouso das águas paradas, havia aqui forças políticas, isolada ou materialmente coligadas, que fariam muito melhor do que nós a deixar as coisas como elas estavam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas não! Nós estamos aqui para mudar, para sermos ambiciosos.

Entendamo-nos de uma vez por todas: as Grandes Opções não são um documento operacional, calendarizado. Para isso, existem planos setoriais. As Grandes Opções são um instrumento estratégico e é isso que esta lei que foi aqui apresentada consubstancia.

Risos de Deputados da IL.

Meus senhores, vamos juntos transformar Portugal, porque quem ficar para trás…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Vamos entrar no terceiro ponto da ordem de trabalhos.

Em relação a este ponto, há uma questão prévia que vai precisar de ser dirimida. Já pedi ao meu Chefe de Gabinete para distribuir pelo *WhatsApp* e por *email* a razão deste pedido. Tem a ver com o seguinte: há um projeto que foi agendado pelo PSD e que foi objeto de arrastamentos, dois dos quais do Livre, e o PSD veio suscitar falta de conexão material. O PAR (Presidente da Assembleia da República), que sou eu, deferiu essa

falta de conexão material, e agora o Livre pretende recorrer desta decisão do PAR no Plenário. Não só tem esse direito, como dispõe de 2 minutos para justificar o recurso.

No final, irei pôr à votação o recurso. Se o rejeitarem, mantém-se a ordem de trabalhos tal como está; se houver vencimento do Sr. Deputado Rui Tavares e do Livre, depois, terá de se proceder também à discussão dos projetos de resolução.

Sr. Deputado Rui Tavares, tem 2 minutos para justificar o seu recurso.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente, pela contextualização que fez, que é quase perfeita, exceto num detalhe que passarei a explicar: o Livre pretende interpor recurso por causa do não arrastamento de um dos nossos projetos de resolução. Faço-o em nome da nossa líder parlamentar, Isabel Mendes Lopes, que, hoje, participa nos trabalhos por via remota.

Dos dois projetos de resolução — ambos têm a ver com o transporte coletivo de crianças e jovens, que é o objeto deste ponto da ordem de trabalhos e do Projeto de Lei n.º 125/XVII/1.ª (PSD) —, o Livre apresenta um que, já em relação a um projeto de lei do PSD, era exatamente igual, com uma diferença em relação ao prazo de uma das matérias em discussão, e que foi aceite. Portanto, já teve conexão material no passado. Esta Casa e o Sr. Presidente da Assembleia da República já consideraram que essa conexão material existia para o Projeto de Resolução n.º 384/XVII/1.ª (L) — Recomenda a implementação de redes de transporte escolar elétrico e ecológico (3E) nos municípios ou nas comunidades intermunicipais.

Aquilo que da parte do Gabinete do Sr. Presidente da Assembleia da República nos é dito é que não há conexão material suficiente. Não é isso que diz o Regimento. O Regimento fala de conexão material. Essa subjetividade da suficiência, ou não, não tem de ser julgada — ou há conexão material ou não há. Estamos a falar de transportes de crianças e jovens e o nosso projeto de resolução é precisamente sobre transporte escolar, elétrico e ecológico.

Devo dizer que, aliás, a mesma razão poderia assistir ao Projeto de Resolução n.º 386/XVII/1.ª (L) — Recomenda o financiamento para aquisição de viaturas de emissões nulas para o transporte coletivo de crianças, para este mesmo transporte escolar. Do nosso ponto de vista, tem conexão material.

Aqui, a única questão que interessa a todos os grupos parlamentares — porque, senão, não nos entendemos — é que há uma expectativa legítima de que um projeto que, ainda na legislatura passada, foi considerado como tendo conexão material, mantenha essa conexão material, senão, evidentemente, estamos no reino da arbitrariedade e os partidos políticos, os grupos parlamentares, não conseguirão preparar o seu trabalho de forma a que coisas que tiveram essa conexão, ainda na passada legislatura, a mantenham.

Por isso, o nosso recurso é apenas relativo a um dos dois projetos, ao Projeto de Resolução n.º 384/XVII/1.ª.

O Sr. **Presidente**: — Tem razão, Sr. Deputado, o recurso é relativo só a um projeto de resolução.

A questão é que, na anterior legislatura, não foi levantada a questão da falta de conexão material, e nesta foi levantada. A fundamentação é a que consta do despacho que proferi, sendo que o objetivo da proposta de resolução do Livre tem a ver com uma questão essencialmente ambiental, não versando sobre a antiguidade dos veículos. Foi essa a razão pela qual se considerou não existir a conexão material.

Portanto, é este o enquadramento. Penso que está claro, não é, Sr. Deputado Rui Tavares?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Está!

O Sr. **Presidente**: — Acho que está perfeitamente claro.

Portanto, o objeto do recurso é este que foi exposto, o que significa que, posto à votação, quem votar contra o recurso opor-se-á a que o arrastamento seja feito e, se a maioria votar a favor, terá de ser considerado na ordem de trabalhos, neste ponto, também o projeto de resolução do Livre.

Vamos, então, votar este recurso apresentado pelo Livre.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL, do L e do PAN e as abstenções do CH e do PCP.

Não sendo dado provimento ao recurso, vamos continuar com a ordem de trabalhos tal como foi apresentada para esta sessão.

Entramos no terceiro ponto, que trata da discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 125/XVII/1.ª (PSD) — Procede à oitava alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que aprova o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens.

Para apresentar o projeto de lei do PSD, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Bruno Faria.

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou hoje uma proposta de alteração à Lei n.º 13/2006, que regula o transporte coletivo de crianças e jovens.

O propósito desta iniciativa é muito claro: garantir que as viaturas afetas a este serviço possam ter até 20 anos de antiguidade em vez dos atuais 16 anos, permitindo uma gestão mais realista do parque automóvel.

Esta atualização é essencial para assegurar que o transporte escolar continue disponível em todo o território nacional, em especial nos concelhos do interior e nos territórios de baixa densidade populacional, onde não existem alternativas de mobilidade e as que existem são pouco viáveis.

Trata-se de uma medida que fortalece a coesão territorial, garantindo que viver longe dos grandes centros urbanos não significa perder acesso à educação, nem às oportunidades que dela resultam.

Importa sublinhar que o transporte escolar não se limita a assegurar a frequência das aulas. Ele é igualmente determinante para o acesso às atividades extracurriculares, à prática desportiva promovida por clubes e associações, a iniciativas culturais e a programas de apoio educativo. Sem transporte, muitos destes jovens veriam o seu percurso social e escolar drasticamente limitado.

Nos últimos anos foi necessário recorrer a regimes excecionais para permitirmos viaturas até 18 anos de antiguidade, apenas para garantir o arranque dos anos letivos. Esta repetição de exceções demonstra que o enquadramento legal atual não responde às necessidades reais das entidades que asseguram este serviço. Autarquias, clubes, associações e IPSS merecem regras estáveis, previsíveis, que lhes permitam planear com responsabilidade a renovação das viaturas ao longo do tempo.

Com este diploma, o PSD apresenta uma solução equilibrada que prevê uma transição gradual e sensata, assegurando que exigências legais demasiado rígidas não coloquem em risco a continuidade do transporte escolar. O que está em causa é um serviço público essencial para as famílias e para a organização do sistema educativo.

Sr.as e Srs. Deputados, sem esta alteração, corremos o risco de ver o serviço interrompido em vários territórios onde não há alternativas. Quando o transporte escolar falha, a escola deixa de ser acessível. E se uma criança não consegue chegar à escola, o Estado falhou no seu dever mais básico, de garantir a igualdade de oportunidades.

É também fundamental reconhecer o papel das entidades que asseguram este serviço. São instituições de proximidade, que conhecem as necessidades das comunidades e que têm assegurado a resposta onde o Estado, sozinho, não teria condições para o fazer. Exigir-lhes a substituição imediata de toda a frota seria impor obrigações incomportáveis com impacto direto na sua gestão.

Muitas destas viaturas utilizadas são exclusivamente dedicadas ao transporte escolar, têm manutenção rigorosa, percursos curtos e utilização controlada. Substituí-las antecipadamente quando se encontram em boas condições técnicas não aumenta a segurança, apenas aumenta os custos e fragiliza o serviço.

Sr.as e Srs. Deputados, esta proposta não diminui os níveis de segurança. Pelo contrário, reforça-os. Até aos 18 anos, as licenças têm validade de dois anos. A partir dessa idade, passam a ser renovadas anualmente, com inspeções específicas no IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres), e, ao atingirem 20 anos de antiguidade, deixam automaticamente de poder exercer este serviço. Ou seja, quanto maior a idade da viatura, maior o controlo técnico a que esta está sujeita. A segurança é, e continuará a ser, a prioridade absoluta da regulamentação deste sector.

Sr.as e Srs. Deputados, o PSD apresenta uma iniciativa responsável, exequível e indispensável para o País real. É uma iniciativa que assegura o direito à educação, protege as entidades que prestam o serviço, dá previsibilidade às autarquias e às escolas, responde às necessidades das famílias, reforça a coesão territorial e mantém elevados padrões de segurança e fiscalização. É uma iniciativa que coloca fim à repetição anual de

medidas excecionais e garante que milhares de crianças e jovens continuam a poder chegar à escola e a participar plenamente na vida das suas comunidades educativas e desportivas.

É por estas razões que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta esta iniciativa.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem dois pedidos de esclarecimento: um do Grupo Parlamentar do CDS, do Sr. Deputado Paulo Núncio, e depois do Grupo Parlamentar do Chega, da Sr.ª Deputada Sónia Monteiro.

Portanto, para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, que dispõe de até 2 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, começo, em primeiro lugar, por saudar o PSD, por voltar a trazer esta preocupação a debate e centrar a sua atuação e a sua atenção no sector social e nas IPSS. Como sabe, esta é uma preocupação central do CDS, que sabemos que é acompanhada pelo PSD.

De facto, durante os Governos da AD, já conseguimos vitórias significativas para o sector social, desde logo, a duplicação da consignação de IRS para 1 %. Convém agora passarmos de 1 % para 1,5 %, conforme nos comprometemos com os portugueses nas últimas eleições legislativas.

Também houve um aumento extraordinário de 3,5 % nas comparticipações do sector social, retroativos a janeiro de 2024, e também um aumento significativo de 220 milhões de euros no financiamento do sector social, só em 2025.

Nós sabemos — tenho-o dito muitas vezes — que as IPSS são um verdadeiro exército de fazer bem. Mas esse reconhecimento tem de se traduzir em políticas claras desta maioria, e nós entendemos que esta proposta do PSD vai nesse sentido.

Esta proposta visa dar melhores condições para que as IPSS possam continuar a prestar um serviço de transporte de crianças e adolescentes. Sabemos que, na anterior legislatura, uma proposta muito similar a esta foi discutida neste Parlamento, que previa o alargamento da licença destes veículos até 25 anos. Na altura, recebemos contributos de diversas entidades, que consideravam que esse alargamento poderia pôr em causa a segurança no transporte das crianças. Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD reviu a proposta — e bem — e diminuiu esse limiar.

A pergunta que lhe deixava, Sr. Deputado, é a de saber se a proposta que hoje debatemos garante o ponto de equilíbrio necessário entre conciliar, por um lado, a manutenção e segurança do transporte de crianças e, por outro lado, a capacidade de as IPSS continuarem a prestar este serviço tão valioso aos adolescentes e às crianças em Portugal.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o próximo pedido de esclarecimento, de até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sónia Monteiro, do Chega.

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruno Faria, o transporte de crianças é um serviço realmente essencial e necessário no dia a dia para milhares de famílias. Estes transportes são realizados por IPSS, autarquias e associações, que fazem o melhor que podem, com os recursos limitados que têm.

Neste sentido, entendemos a necessidade prática de permitir que estes veículos possam ter até 20 anos de antiguidade. Nem todas as instituições conseguem comprar veículos novos ao fim de 16 anos, e ignorar esta realidade seria fechar os olhos ao País real.

Mas não podemos esquecer os pareceres recebidos nesta Assembleia, que contêm alertas que não podem ser ignorados. Neste sentido, coloco algumas questões: como vai ser assegurado que todos os veículos com 17, 18 ou 19 anos terão inspeções reforçadas, obrigatórias e eficazes? Fala-se em inspeções anuais, mas isso é suficiente? Como vão garantir que estas inspeções não se transformam em mais burocracia e carga financeira

para as instituições? As entidades passam semanas a tratar de licenças, documentos e processos repetitivos. Precisamos de simplificar os procedimentos administrativos.

Não basta aprovar esta alteração, é preciso garantir que as famílias possam confiar na segurança destes transportes. É preciso garantir que as instituições não ficam afogadas em papéis. É preciso garantir que, a médio prazo, este País terá frotas mais modernas, mais seguras e mais eficientes.

O aumento para 20 anos pode ser um passo razoável, mas as respostas a estas perguntas são essenciais para que seja também um passo responsável.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Faria. Dispõe de até 2 minutos e 41 segundos.

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Sr. Deputado Paulo Núncio, é com muito agrado que vejo a recetividade do CDS à nossa proposta.

Risos de Deputados do CH.

Há uma coisa que temos de referir, que é a descida do prazo de 25 anos para 20 anos. É um prazo que reconhecemos ser equilibrado, sustentável, após ouvirmos o sector social, as IPSS e as autarquias. Percebemos que é um prazo que não compromete a segurança e conseguimos garantir a qualidade, ao passarmos a este prazo de 20 anos.

Sr.ª Deputada Sónia Monteiro, registamos também com agrado a concordância do Chega perante a apresentação do nosso projeto legislativo. Existe uma questão que penso ter referido bem: a partir dos 16 anos, estamos a aumentar a fiscalização às viaturas, ou seja, estamos a garantir, sim, a qualidade. E não por um prazo muito longo, estamos a garantir para quatro anos e, aos 20 anos, a matrícula extingue-se. De certa maneira, ela não estará apta para fazer o serviço de transporte de crianças.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao período das intervenções.

Pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, até 3 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, para uma intervenção.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A maior parte dos países europeus não define limites nacionais para o fim de vida do transporte coletivo de crianças e jovens, à exceção de Espanha, que determina um limite máximo de 16 anos, e, na Irlanda, há propostas para o limite dos 15 anos. Em Portugal, foram criados regimes excecionais para aumentar este prazo até aos 18 anos. Mas o que esta proposta do PSD defende é que, centralmente, os 230 Deputados autorizem crianças e jovens a sentar-se em viaturas que tenham uma antiguidade até 20 anos.

Para a maior parte dos países, a legislação é descentralizada e depende — e este ponto é muito importante! — de relatórios técnicos. Já esta proposta do PSD não descentraliza e sobrepõe-se à mecânica. Dizem que o objetivo é dar previsibilidade ao sector, mas a receita não pode ser nivelar por baixo.

Srs. Deputados, é mesmo muito urgente pormos Portugal a crescer, porque, com crescimento económico à séria, não vamos estar a nivelar tudo por baixo, nomeadamente esta questão tão importante para as famílias, que é poder saber que as suas crianças estão a ser transportadas em segurança.

Portanto, Sr. Deputado, imagine este cenário: há um relatório técnico, mecânico, que diz que a viatura não está em condições de circulação.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Chumba na inspeção!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Qual é a responsabilidade deste Parlamento, ao decretar estes 20 anos?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do Livre, até 3 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O transporte escolar é muito mais do que uma simples questão logística, é uma questão de igualdade, de justiça territorial e, acima de tudo, de direito à educação. Nenhuma criança deve ficar privada de frequentar a escola com conforto, segurança e dignidade por viver longe de um centro urbano. O transporte escolar é o que transforma a educação de proximidade numa verdadeira educação para todos.

Em muitas zonas rurais e periféricas, o transporte escolar é o que separa a frequência regular da escola do absentismo forçado. Dentro das cidades, garante qualidade de vida, reduz tráfego, poluição e *stress*. A escola não começa quando se entra pelo portão, começa também no caminho até lá.

Mas há ainda um outro lado prático: para muitas famílias, um transporte escolar eficiente é tempo devolvido, é tranquilidade, é uma ajuda concreta na conciliação entre vida profissional e familiar e é também um investimento ambiental. Uma rede de transporte escolar moderna, elétrica e ecológica, como a que o Livre propõe, contribui diretamente para as metas de descarbonização do País, promove hábitos de mobilidade sustentável desde a infância e ensina, pelo exemplo, o respeito pelo planeta.

Foi por tudo isto que o Livre apresentou duas propostas simples, sensatas e responsáveis: uma para garantir financiamento à aquisição de veículos de emissões nulas, destinados ao transporte coletivo de crianças; outra para implementar redes de transporte escolar elétrico e ecológico em todo o território, em municípios e comunidades intermunicipais de baixa e alta densidade populacional. Mas — pasmem-se! — nenhuma destas propostas foi sequer admitida à discussão.

O PSD preferiu prolongar a vida útil de veículos poluentes e obsoletos, em vez de apoiar a renovação de uma frota que transporta aquilo que temos de mais precioso, que são as nossas crianças.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Esta resistência não é neutra, é uma escolha política, uma escolha ultrapassada, economicista e contra o futuro, contra a transição energética, contra a inovação, contra o bom senso.

Sr.as e Srs. Deputados, estas propostas do Livre não foram admitidas a esta discussão, mas não serão caladas, porque investir no transporte escolar, elétrico e ecológico é investir nas crianças, nas famílias e no planeta, e porque o progresso, por muito que o procurem adiar, é e será sempre inevitável.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Frederico Francisco, que tem até 5 minutos.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente: Este projeto de lei que o PSD traz visa resolver um problema particular e reconhecido que, na verdade, foi alvo de sucessivos decretos-leis — quer ainda dos governos do PS, quer já com o PSD no Governo — que foram sucessivamente dando uma maior margem em termos de idade aos veículos, porque, reconhecidamente, os municípios e as entidades privadas de segurança social que, no terreno, efetuam este transporte não teriam condições de cumprir a lei.

Quanto a isso, não colocaremos obstáculos, sem prejuízo de depois podermos fazer afinações, em sede de especialidade. Mas, à partida, este é um problema que tem de ser resolvido.

Contudo, isto não nos deve afastar de olharmos para o problema de fundo. E o problema de fundo é, em primeiro lugar, reconhecermos que existe no País uma realidade muito heterogénea naquilo que diz respeito ao transporte escolar.

O transporte escolar é sempre, e em última análise, responsabilidade dos municípios, mas, muitas vezes, a sua responsabilidade está entregue a outras entidades. O nível de prioridade, o nível de recursos, o nível de ambição que é dado pelos diferentes municípios é diferente e heterogéneo pelo País.

Existindo o limite na lei de que os veículos não poderiam atingir os 16 anos de idade, tendo isso sido depois alargado num regime temporário para 18 anos e propondo-se agora alargar para os 20 anos, temos de ter o cuidado de não entrar numa rampa deslizante de ir fazendo sucessivos alargamentos, para nos irmos sucessivamente adaptando à inércia das diferentes entidades que fazem este transporte.

Por outro lado, indo ao encontro também daquilo que disse a Deputada Angélique Da Teresa, a idade dos veículos, por si só, não nos diz se eles estão aptos ou inaptos e se têm condições de segurança ou não para transportar crianças. Por isso, existem inspeções periódicas, de dois em dois anos, até ao limite de 16 anos, e agora passam a ser anuais, até ao limite de 20 anos.

Mas aqui também temos de olhar para diferentes realidades: um veículo pode ter 20 anos e ter percorrido um número muito menor de quilómetros e ter um desgaste muito menor do que um veículo que tem apenas 5 anos. Portanto, é preciso, nestas coisas, olhar para os detalhes e saber que são sempre as inspeções de segurança, Sr.ª Deputada, que dizem, independentemente da idade do veículo, se o veículo está ou não está apto a transportar crianças.

O mesmo é válido, também, quando falamos de critérios ambientais, na verdade, porque estarmos a forçar, por razões ambientais, veículos a ser substituídos só em razão da sua idade, estaríamos a retirar da equação o custo ambiental da produção do novo veículo e do destino final do veículo antigo. Isto é válido para o transporte escolar, é válido para o transporte rodoviário em geral e é válido para os veículos individuais, portanto, é algo de que também não nos podemos esquecer.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, tem um pedido de esclarecimento, por parte do Grupo Parlamentar do PSD, que terá 2 minutos para o fazer. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Covelinhas Lopes.

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Frederico Francisco, naturalmente, coloca as questões que também consideramos mais relevantes.

Quero dizer-lhe, como sabe, que esta legislação já esteve para ser alterada no ano passado.

Tendo em consideração que há aqui uma estabilidade, um planeamento, uma necessidade de previsibilidade das IPSS, que prestam serviços que todos consideramos inestimáveis, a única questão que gostava de lhe colocar é esta: porque é que em oito anos de Partido Socialista não foram definidas questões como a regulação, a inspeção, os limites máximos de idade? Uma vez que concorda com esta medida, porque é que isto não foi feito antes? É que, se calhar, muitas IPSS já teriam planeado de outra forma — até algum tipo de transição modal — tudo o que tem a ver com esta questão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra, até 2 minutos, o Sr. Deputado Frederico Francisco.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sinceramente não compreendo bem o alcance da sua pergunta porque sempre existiu estabilidade na legislação.

Existia um limite, que era de 16 anos, e depois foram feitos sucessivos regimes temporários, que alargavam o limite para 18 anos, mas o objetivo desses regimes temporários era que as entidades, progressivamente, se adaptassem ao regime geral de 16 anos.

O que verificamos agora, chegados aqui, é que isso não aconteceu e por isso é que estamos a tornar o regime geral, o regime permanente, mais permissivo; é importante que todos tenhamos consciência do que estamos a fazer.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continuando com as intervenções, por parte do Grupo Parlamentar do Chega, até 2 minutos e 56 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Seco.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje debatemos em sessão plenária o Projeto de Lei n.º 125/XVII/1.ª (PSD), que procede, apenas e só, à oitava alteração à Lei n.º 13/2006, diploma que regula o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — O partido Chega reconhece a urgência em evitar o colapso imediato no transporte escolar, isto é, qualquer medida que impeça o caos no dia-a-dia das famílias portuguesas merece o nosso apoio e o nosso empenho político.

No entanto, fazemo-lo com uma ressalva fundamental: este projeto é apenas um paliativo, temporário, que nivela por baixo e ignora as raízes do problema. Não podemos continuar a brincar com a segurança das nossas crianças.

O PSD propõe estender o limite de antiguidade dos veículos dos 16 para os 20 anos, evitando a suspensão de licenças. Entendemos e aceitamos a intenção prática, mas isto perpetua o risco com as correspondentes viaturas.

Sr.as e Srs. Deputados, estamos a falar do futuro de Portugal, crianças e jovens que merecem o melhor, não os ditos remendos que comprometam as suas vidas. O partido Chega exige mais intervenção. Isto é, falamos de uma maior e exaustiva intervenção dos centros de inspeção técnica de veículos para garantir a qualidade das viaturas em circulação e, sobretudo, das viagens efetuadas por crianças e jovens.

Os portugueses exigem esta medida de segurança. Não basta prorrogar prazos, é preciso reforçar as inspeções rigorosas com critérios específicos para transportes coletivos infantis, para que nenhum veículo inseguro fique na estrada. Basta de laxismo que custa vidas.

No nosso programa eleitoral de 2025, o Chega propunha o reforço da rede de transporte escolar, garantindo acesso seguro e atempado a todos os alunos, especialmente nas zonas rurais e do interior. Isto insere-se na nossa visão de uma Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, com o objetivo de reduzir a mortalidade até 2030. Exigimos respeito pelas famílias portuguesas, meios financeiros reais, soluções concretas, incentivos à renovação das frotas, veículos modernos e equipados com tecnologias de segurança avançadas.

Com uma intervenção mais forte dos centros de inspeção podemos assegurar que só os veículos em bom estado transportam os nossos filhos, que também são os vossos filhos, eliminando os riscos desnecessários e respondendo ao clamor dos portugueses por mais proteção.

Srs. Deputados e Sr.as Deputadas, este Parlamento tem o dever de priorizar a segurança infantil. Apoiaremos o PSD nesta iniciativa, mas apelamos ao Governo e a todas as forças políticas para maior rigor nas inspeções, investimentos e apoios financeiros robustos do Estado e parcerias com municípios e operadores. As crianças de Portugal merecem um transporte escolar digno, seguro e de qualidade e os portugueses não aceitarão menos.

Aplausos do CH.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O projeto de lei ora em discussão volta a alterar o regime jurídico de transporte coletivo de crianças e jovens, mas continua a falhar no essencial: garantir um serviço público capaz de responder às necessidades de todo o território.

Persistem desigualdades profundas no acesso ao transporte, onde a mobilidade continua limitada e dispendiosa. Qualquer alteração legislativa tem de assegurar coerência, clareza de competências e respeito, acima de tudo, pela transição energética. Não podemos ignorar os desafios dessa mesma transição energética.

Sem condições para renovar frotas, planear redes e fiscalizar serviços, não podemos ter, nem haverá, transporte público digno desse nome. O que está em causa não é apenas um conjunto de normas, são cidadãos que dependem do transporte coletivo para estudar. A legislação deve, pois, servir essas pessoas e não criar atrofias e qualquer tipo de cumplicidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, esta proposta que o PSD nos traz é uma má proposta. Aliás, ela faz o *all in* de conseguir, por um lado, pôr em causa a segurança de crianças e jovens, comprometer também a segurança rodoviária e, por outro, comprometer os compromissos com a descarbonização.

Veja-se, o PAN tem sensibilidade para com as dificuldades que as IPSS atravessam, só que o PSD podia e deveria ter garantido que existia uma maior capacidade de investimento e de apoio às IPSS para poderem ajudar crianças e jovens e optou pelo caminho mais curto, foi por atalhos, e meteu-se claramente em trabalhos.

Mas achamos que, na discussão em especialidade, podemos contribuir para que esta proposta seja mais justa, social e ambientalmente, nomeadamente aumentar a segurança de crianças e jovens com propostas simples, por exemplo: com a introdução de bloqueadores de ignição sensíveis ao álcool,…

Protestos do PSD.

… a previsão da obrigatoriedade do transporte de crianças do pré-escolar e com necessidades educativas especiais se fazer sempre com a presença de vigilância ou a existência de cintos de segurança com três pontos de fixação, para que possam ser colocadas as cadeirinhas em cumprimento do Código da Estrada.

Na especialidade, o PAN está disponível para fazer este trabalho, já que aqui, nesta discussão, o PSD optou por não permitir qualquer arrastamento.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Nós apenas dissemos que não havia conexão!

Contraprotestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, de facto, há uns meses fizemos este debate e houve duras críticas, de diversos setores, à proposta do PSD.

Verificamos hoje que a proposta do PSD, mantendo, em termos estruturais, aquilo que já vinha do passado, reduz, no entanto, de 25 para 20 anos a idade dos veículos para o transporte coletivo de crianças e jovens.

Queria referir aqui duas questões. A primeira é que não ignoramos a realidade e as dificuldades, quer de entidades sem fins lucrativos quer também de entidades públicas, porque quando falamos de transporte coletivo de crianças e jovens, falamos de transporte escolar, mas falamos também de uma multiplicidade de atividades de índole desportiva, cultural e recreativa,…

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Privados, também!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … em que crianças e jovens naturalmente participam. E é bom que participem nessas atividades, tem é de se salvaguardar, naturalmente, a sua segurança.

O problema é que há necessidade, naturalmente, para cumprir os requisitos da lei, da renovação dessas frotas e identificamos que, efetivamente, há essas dificuldades. O PSD traz estas propostas, mas nestes debates não tem surgido, por exemplo, haver um apoio a estas instituições. Estamos a falar de entidades públicas, estamos a falar de IPSS, estamos a falar de coletividades, de clubes desportivos, de associações, ou seja, de entidades que, de facto, têm um conjunto de atividades meritórias e que, em muitas circunstâncias, se substituem, até, às responsabilidades por parte do Governo.

A questão é também porque é que nunca houve esse apoio concreto para, de facto, haver essa renovação das frotas.

Mas se é verdade que há esta dificuldade, a verdade também é que a segurança do transporte das crianças e jovens não pode ser comprometida. Não posso deixar de suscitar aqui uma outra questão, em particular no que diz respeito ao transporte escolar. Nos últimos anos — talvez nos últimos 20 anos —, foram encerradas milhares de escolas no nosso País, muitas delas em zonas rurais, o que obrigou à deslocação dessas crianças e jovens, porque a única escola no seu concelho, em muitas circunstâncias, é na sede de concelho, que fica a grande distância.

O que é que quero dizer com isto? Que é importante a proximidade das escolas à residência, porque isto permite que as crianças — naturalmente, quando já têm um grau de maturidade e da autonomia — se possam deslocar, em grupo com os seus colegas, a pé para a escola, que é um elemento importante e que combate o sedentarismo.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — O problema são as distâncias!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Estas medidas de encerramento de escolas levam é a que haja um maior transporte de crianças e jovens.

Protestos do Deputado do CH Jorge Galveias.

Há aqui uma última questão que queria suscitar, que é a importância da inspeção e da fiscalização, que não pode ser descurada, que não pode ser facilitada, que tem de ser com rigor, tem de ser com frequência, porque a salvaguarda, a proteção e a segurança das crianças e dos jovens não pode ser colocada em causa.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais inscrições. Para o encerramento, dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Covelinhas Lopes, que tem 2 minutos e 45 segundos.

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados: Educação, serviço social e coesão territorial. Saem, hoje, com esta alteração, reforçados estes três pilares fundamentais de um Estado de direito, com a introdução de uma norma, agora objetiva, que remove a incerteza das exceções ocorridas nos últimos anos e anula a falta de garantia de uma necessária previsibilidade.

Promove-se a capacidade de planeamento, permitindo, com este alargamento do período de utilização das viaturas, que não sejam infligidos danos financeiros abruptamente, que poderiam, de outra forma, revelar-se incapacitantes do transporte coletivo de jovens e crianças.

Permite-se, assim, um planeamento faseado da substituição — que se pretende — da frota de associações e IPSS, com garantias de estabilidade nas regras, implementando uma fase de transição num prazo mais alargado e, acima de tudo, bem e objetivamente definido.

Esta alteração apoia, obviamente, o terceiro setor, tantas vezes reconhecido como fundamental, seja quando colmata as falhas do próprio Estado, seja quando presta serviços sociais, já aqui falados, que promovem até a coesão territorial.

Apoia este setor tantas vezes louvado e nem tantas vezes eficazmente apoiado.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Mais ainda, implementa medidas adicionais de segurança, que são a preocupação de tantos aqui hoje, por via da alteração à periodicidade da fiscalização das viaturas.

Portanto, esta alteração promove mais qualidade, mais segurança, mais serviço e ajuda a cumprir o papel das entidades por ela afetadas positivamente, no serviço público fundamental que prestam. Com esta medida, ajudamos até a formar os adultos do futuro — outra preocupação de tantos —, mais informados, mais formados, também para combater as alterações climáticas e proteger o planeta em que eles querem viver.

Cumpre esta alteração o papel que esta bancada considera que têm todos os Deputados deste Hemiciclo: encontrar soluções equilibradas para melhorar a vida dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então passar para o ponto quatro, a discussão do Projeto de Resolução n.º 365/XVII/PCP — Aumento do salário mínimo nacional para 2026.

Pausa.

Se há mudanças das bancadas, agradecia o favor de o fazerem neste momento, para que quando o orador…

Pausa.

Há candidatos a mais para aquela cadeira.

Risos do PSD e do PS.

Aquela cadeira é do Partido Socialista.

Pausa.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, para fazer a apresentação do diploma.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Quando todos juram amor eterno ao aumento dos salários, o PCP traz à Assembleia — e proporciona, mais uma vez, uma oportunidade para que a Assembleia decida — o aumento do salário mínimo nacional, fixando-o em 1050 € em janeiro próximo, estimulando dessa forma o aumento geral dos salários, a valorização das carreiras e as profissões para todos os trabalhadores.

Só espero que os dos sempre «salários sim, mas agora não», não venham neste debate com a velha cassete…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Cassete tem o PCP!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … de que «as empresas não aguentam», «de que é preciso criar a riqueza hoje para depois distribuir»…

Protestos do PSD.

Tenham calma, Srs. Deputados, deixem a cassete para logo…

«Que é preciso aumentar a produtividade», e outras coisas do tipo.

Mas como os dos «salários sim, mas agora não» sabem, e sabem bem, a riqueza é criada todos os dias…

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

… e o problema é que quem hoje cria a riqueza, como criou ontem e vai criar amanhã —…

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Pois vai!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — …os trabalhadores — fica, cada vez menos, com uma parte cada vez menor dessa riqueza que cria e aqueles que se apropriam dessa riqueza concentram-na cada vez mais.

É isso que explica, como todos sabem, o contraste entre a vida apertada de quem trabalha e um custo de vida que não para de aumentar, desde logo nos alimentos, e os fabulosos lucros dos grupos económicos e das multinacionais.

Protestos do CH.

Como os dos «salários, sim, mas agora não» sabem, a produtividade aumenta, aumenta mais do que os salários, e todos sabemos o que é que isso significa; significa que essa diferença está a ir para algum lado, mas não está a ir para os salários dos trabalhadores.

Os dos «salários, sim, mas nunca agora», sempre com os olhos postos nas benesses e na redução de impostos para os grandes, enchem a boca com as dificuldades das pequenas empresas, mas os problemas das pequenas e médias empresas não estão nos salários, como aqui todos sabem e sabem bem; o que aperta, e de que maneira, as pequenas empresas são os custos da energia, das telecomunicações, do crédito, das comissões bancárias, dos seguros e das rendas, que alguns ainda querem aumentar. Mas sobre estes custos que esmagam as pequenas empresas, nada, não fazem nada e não dizem nada, até porque isso obrigava a beliscar os interesses das grandes empresas.

As pequenas e médias empresas precisam que quem cá vive e trabalha tenha melhores salários, que aumente o seu poder de compra, e isso só é possível com melhores salários.

Depois ainda há demagogia a roçar o insulto, verbalizado pelo Sr. Primeiro-Ministro, quando vem afirmar que o salário mínimo devia subir para os 1600 €. Já sabíamos que ia haver manobras às portas da greve geral, mas isto não é uma manobra; isto é um desespero e isto é gozar, de facto, com quem trabalha.

Protestos do PSD.

O aumento dos salários é um imperativo e o aumento do salário mínimo nacional é uma emergência nacional; é uma questão de justiça, uma questão de dignidade e de respeito por quem trabalha, mas é também para responder a um problema — de que ainda há pouco falámos aqui no plenário —, o problema da pobreza, quando temos milhares de trabalhadores que trabalham todos os dias, ganham salários no final do mês e que não conseguem sair da situação de pobreza.

Esta é a responsabilidade que está colocada a todos e a cada um dos Deputados: ou se está do lado de quem trabalha ou se está do lado daquela minoria que quer apertar a vida de quem trabalha; ou se empurra o País para se encostar a Espanha, que já hoje tem um salário mínimo de 1184 € ou se fica nas mãos dessa minoria. E quem ficar nas mãos dessa minoria também vai ser chumbado amanhã, com a grande greve geral que está em curso.

Aplausos do PCP e do BE.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Sónia Fernandes, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Sónia Margarida Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, o projeto de resolução do PCP insiste num aumento do salário mínimo nacional já em 2026, fixado de forma administrativa e desligado da realidade económica concreta das nossas empresas, em particular das micro, pequenas e médias empresas, que representam, como é consabido, mais de 90 % do tecido empresarial português.

Mais: insiste no aumento do salário mínimo nacional em 2026, em total arrepio ao assinado Acordo Tripartido 2025-2028,…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso é verdade!

A Sr.ª **Sónia Margarida Fernandes** (PSD): — … sobre a valorização salarial e crescimento económico, resultado do diálogo entre o Governo e os parceiros sociais, onde foram estabelecidas medidas essenciais para

a valorização salarial e a competitividade da economia portuguesa e em que uma das principais medidas é, precisamente, o aumento progressivo da retribuição mínima mensal garantida,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Sónia Margarida Fernandes** (PSD): — … tendo este Governo conseguido, já neste ano de 2025, o aumento para 870 € mensais e assegurado o aumento, em 2026, para os 920 €, estando ainda previsto nos próximos anos um aumento progressivo.

Como pode, por isso, o PCP defender, sem qualquer diálogo na Concertação Social, um aumento do salário mínimo nacional, ignorando completamente indicadores como produtividade, carga fiscal sobre as empresas, diferenças profundas entre setores e regiões, quando são estes os elementos que determinam se o País consegue pagar melhores salários sem destruir postos de trabalho? É, no mínimo estranho, Sr. Deputado, para quem se arroga de ser o único defensor dos trabalhadores e dos postos de trabalho.

Por isso, questionamos se, realmente, estão a defender os trabalhadores, ou se estão apenas a defender um decreto político demagógico, pois não tem, como muito bem sabem, sustentabilidade económica.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, que dispõe de 11 mais 15 segundos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Sónia Fernandes, muito obrigado pelas questões.

Diria que a Sr.ª Deputada, perdoe-me esta franqueza, escorregou nas cascas todas da intervenção que fiz.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Eu disse que ia falar da cassete das PME, veio com esta cassete das PME;…

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

… eu disse que ia falar da cassete dos problemas da economia, veio com essa cassete. Portanto, escorregou em todas.

Mas só queria relembrar uma questão: a sua proposta, a proposta do seu Governo, também é por decreto.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — É por diálogo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Também é por decreto que quer aumentar o salário mínimo em 2026.

Aplausos do PCP.

Protestos do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 375/XVII/1.ª (BE) — Aumento do Salário Mínimo Nacional, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O Governo fez um pacote laboral cujo único resultado vai ser baixar os salários e os rendimentos do trabalho e o Primeiro-Ministro veio apresentar esse pacote laboral aqui falando e colocando-se no lugar de um trabalhador português que está em casa e está a pensar: «Porque é que eu vou fazer greve?»

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Grande questão!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vão fazer ponte!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Foi isto o que nos disse o Primeiro-Ministro quando aqui esteve a defender o pacote laboral.

Acontece, no entanto, Sr.ªs e Srs. Deputados, que o Primeiro-Ministro não é um trabalhador português médio, tal como a Ministra do Trabalho não é uma trabalhadora portuguesa como a média dos trabalhadores portugueses.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ai é, é!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Porquê? Porque a maioria dos trabalhadores portugueses, seis em cada 10, não ganham 1000 € por mês — não parece que seja o caso do Sr. Primeiro-Ministro —, porque um em cada quatro trabalhadores portugueses ganha o salário mínimo de 870 € por mês, o que quer dizer que a maior parte das pessoas que trabalham em Portugal não consegue pagar a renda de uma casa.

Esta é a realidade da maior parte dos trabalhadores portugueses, que é uma coisa que o Sr. Primeiro-Ministro não sabe, nem quer saber. Nem quer saber, porque se quisesse saber não dizia aos 2 milhões de pessoas que, mesmo trabalhando, são pobres e não conseguem sair da pobreza, que não têm razões para fazer greve,…

Protestos do PSD.

… que a vida vai bem, que a vida corre bem, que não têm nada do que se queixar, nem andava, Sr.ªs e Srs. Deputados, a atirar números do Salário Mínimo Nacional ao vento, ao vento,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — São objetivos!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … apenas porque tem medo da greve.

Vozes do PSD: — Ó pá…!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E, pelo contrário, o PSD, se fosse sério nessa sua intenção, aprovava aqui as propostas, a do Bloco inclusive, para aumentar o salário mínimo, já para o próximo ano, para 1020 € por mês. Mas acontece que o PSD tem medo da greve e tem razões para ter medo da greve.

Protestos do PSD.

Tem razões para ter medo da greve, porque os trabalhadores perceberam que o PSD e o Chega juntos se preparam para lhes cortar o salário,…

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Olha, mais tabaco…!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … juntos preparam-se para lhes aumentar as horas de trabalho.

Protestos do PSD e do CH.

E é por isso que vão fazer greve e é por isso que os Srs. Deputados têm medo.

Aplausos de Deputados do L.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento. Neste momento não tem tempo para esclarecer, mas fica formulado o pedido.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Carvalho.

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, o Bloco volta a apresentar a receita habitual, a jeito de prenda de Natal: pega em problemas reais, mistura-os com deriva ideológica de um modelo socioeconómico falhado,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — … agita muito bem e a solução é sempre a mesma: aumentar os salários mínimos por decreto, sem diálogo,…

Protestos do PS.

… como se a economia fosse um interruptor político, sem temer consequências.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

Protestos do BE e do PCP.

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Lembramos o que este Governo fez apenas em dois anos: subiu o salário mínimo duas vezes;…

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — … definiu uma trajetória de crescimento até 2029 — fê-lo em diálogo com os parceiros sociais, ancorado na produtividade; e garantiu aumentos sustentáveis sem pôr em risco o emprego nem a viabilidade económica.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Sr.ª Deputada, isto é ou não é diminuir as desigualdades e promover a justiça social?

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Não é!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Não somos é demagogos nem populistas.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Pois claro!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Subir salários, sim, mas com responsabilidade e sustentabilidade e, preferencialmente, com o salário médio e a riqueza das famílias também a crescerem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — O que nos separa, além da visão política e económica, é que nós fazemos contas, o Bloco faz declarações. Nós vemos a economia; o Bloco vê *slogans*.

Aplausos do PSD.

Nós medimos impactos económicos; o Bloco impactos emocionais.
Não acha que o caminho deste Governo está a dar resultados?

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Está, está!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O povo disse que sim!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Sr.ª Deputada, a revista *The Economist* acaba de destacar Portugal como uma das economias do ano. Isto não nasce de experiências improvisadas; nasce de políticas consistentes, responsáveis e avaliadas, como as que o PSD defende.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — O que nos diz, Sr.ª Deputada?

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Nada!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Edson Cunha, do PSD, que dispõe de 3 minutos e 3 segundos.

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O presente projeto de resolução do PSD pugna pelo progressivo aumento dos rendimentos dos trabalhadores com evolução da Retribuição Mínima Mensal Garantida e valorizando o salário médio.

Esta retribuição mínima garantida, legalmente prevista no Código do Trabalho, anteriormente Salário Mínimo Nacional, visa garantir aos trabalhadores uma retribuição mínima mensal, seja qual for a modalidade praticada, cujo valor é determinado anualmente por legislação específica ouvida a Comissão Permanente de Concertação Social.

Sabemos que o salário médio não depende do decreto do Governo, mas, sim, da esfera decisória do empregador, das dinâmicas da economia, dos ganhos na eficiência e das disponibilidades financeiras das empresas.

No entanto, desde a primeira hora que este Governo, nesta e na anterior legislatura, promoveu medidas em diversas áreas que promovam o seu crescimento.

O Acordo Tripartido sobre a Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028, assinado em 1 de outubro de 2024, resultou de um diálogo entre o Governo e os parceiros sociais e estabeleceu medidas essenciais para a valorização salarial e a competitividade da economia portuguesa.

Uma das principais medidas daí resultantes foi o aumento progressivo do rendimento mínimo garantido, que pretende atingir 1020 € em 2028. Além disso, propõe-se uma mudança estrutural ao nível dos rendimentos, estabelecendo referenciais para a valorização do salário médio com uma evolução estruturada e equilibrada de 1580 €, em 2024, que terminará em 1890 €, em 2028.

No referido acordo, estes referenciais de salário médio foram acompanhados por medidas de política fiscal de apoio às empresas, de modo a permitir o aumento do rendimento disponível dos trabalhadores.

No momento em que Portugal regista uma situação de pleno emprego — repito, de pleno emprego —, além do aumento real dos salários mínimos e médios, líquidos, sabemos que estamos no caminho certo e, por isso, ainda menos se compreende esta greve marcada para amanhã.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Mas não nos desviamos do nosso rumo e é neste contexto que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta o projeto de resolução que recomenda ao Governo que reforce, junto das confederações sindicais e das confederações patronais, em sede de Comissão Permanente de Concertação Social, o debate que permita

continuar a evoluir no progressivo aumento dos rendimentos dos cidadãos, com a evolução do rendimento mínimo nacional e do salário médio, e que coloque ao serviço da economia todos os instrumentos que possam resultar num benefício claro para a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores.

Este é um Governo que tem melhorado Portugal e não é por acaso que Portugal foi eleito a economia do ano 2025 pela prestigiada revista britânica *The Economist*, que compilou dados económicos dos 36 países mais ricos do mundo.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — A estes dados os sindicatos respondem com uma greve incompreensível, mas não será uma greve política que nos irá desviar do nosso caminho e do nosso desígnio de fazer Portugal uma grande nação entre as grandes nações, como já começámos a fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento. Terá 3 segundos, mais 15 de tolerância, para responder. Portanto, a resposta aos dois pedidos será agregada.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Edson Cunha, há uma diferença significativa entre nós e a esquerda, entre o PSD e a esquerda, garantidamente.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Claro!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Quando se fala em subir rendimentos, o salário mínimo e o salário médio — e saúdo o PSD por falar no salário médio neste projeto —, há aqui uma coisa que nos distingue claramente da esquerda. É que nós sabemos que, para atingir esses salários que queremos, é preciso produtividade. E não é preciso passar de 5 para 4 dias a semana de trabalho, porque, ao reduzir a semana de trabalho, reduz-se a produtividade, reduz-se o poder que as empresas têm para conseguir pagar mais e melhores salários.

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Agora, há uma questão que gostava de lhe colocar. O Sr. Primeiro-Ministro diz que tem a ambição de chegar a um salário mínimo de 1600 €, e que, para isso, é preciso criar alicerces. O que pergunto ao Sr. Deputado é que alicerces são esses, quais são as medidas que o Sr. Primeiro-Ministro quer implementar?

Nós sabemos quais são. E quando quis reduzir impostos sobre as empresas, nomeadamente o IRC, o PSD contou com uma bancada responsável. Não contou com esses «velhos do Restelo» aí ao vosso lado. Foi com o Chega que vocês negociaram. Foi com o Chega que as empresas ficaram a ganhar.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas o IRC não é suficiente, Sr. Deputado. É preciso isentar de pagamento de IRS as horas extra. É preciso isentar de imposto tudo o que é trabalho adicional, sejam os bónus que são concedidos, ou, como o Chega propôs, o mês extra de salário, que não deve ser tributado.

Só dessa forma é que vamos conseguir chegar aos valores pretendidos. Isto não descurando nunca, nunca, o salário médio, que é o da classe predominante em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, da IL.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, vi com atenção o vosso projeto de resolução. Tem ali um conjunto de boas intenções, mas gostava de fazer uma pergunta.

No artigo 273.º do Código do Trabalho está escrito que é garantida ao trabalhador uma retribuição mínima mensal, seja qual for a modalidade praticada, cujo valor é determinado anualmente por legislação específica, ouvida a Comissão Permanente de Concertação Social. A minha pergunta é: em que é que o vosso projeto traz alguma novidade a isto? Gostava de saber. É porque «de boas intenções…», sabemos bem o resto do ditado, não é?

Portanto, em que é que o vosso projeto de resolução resolve alguma coisa relativamente ao salário médio, relativamente a conseguir aumentar salários não por decreto, mas por via da produtividade e do crescimento económico?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Edson Cunha, que dispõe de 3 segundos, mais 15, para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sr. Presidente, respondo em conjunto aos dois Deputados, face à falta de tempo, dizendo que o que o PSD apresenta centra-se em dois ou três pontos: reforma laboral, reforma fiscal, combate à burocracia. Estes são os pontos essenciais em que este Governo se está a centrar e é nestas reformas que estamos a conseguir aquilo…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Era o tempo que tinha disponível, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Em Portugal, o mês é cada vez maior para um salário cada vez mais curto. As contas certas, os excedentes orçamentais, os prémios referidos na *The Economist* não se sentem na vida das pessoas, no final do mês, ganhem elas o salário mínimo ou o salário médio.

Continuamos a ter políticos que defendem um modelo de desenvolvimento económico que quer competir para a *Liga dos Últimos* e que acham que o caminho é o de degradar as condições laborais, ao invés de competir pelo topo, com a aposta no caráter diferenciado do nosso potencial produtivo. Isto leva a que, hoje, o custo da hora por trabalho em Portugal represente apenas 48 % do custo da média da zona euro e que este *gap* seja exatamente igual ao que existia em 2008, o que é absolutamente lamentável.

Neste Parlamento, a esquerda continua a focar-se exclusivamente no aumento do salário mínimo, esquecendo-se de que o salário médio está cada vez mais próximo do salário mínimo.

Já a direita continua a apostar na falácia de que os aumentos salariais põem em causa a subsistência das empresas, apesar de bem sabermos que os salários representam apenas cerca de 15 % dos custos totais das empresas e que os lucros das empresas estão sucessivamente a aumentar muito mais do que os custos com os salários.

Procurando travar esta dicotomia, o PAN dá um sinal às pessoas de que não têm de emigrar, pelo contrário. O PAN propõe que este Parlamento reforce a ambição salarial do País, garantindo que até 2029 passamos a ter um salário mínimo de 1130 € e um salário médio de 2000 €. Veja-se, aliás — sobretudo a bancada do PSD —, que é ainda abaixo do valor da chamada «renda moderada» pelo Primeiro-Ministro do vosso Governo.

Esta iniciativa, que o PAN espera que as diferentes bancadas, em particular a do PSD, tenham a oportunidade de subscrever, comprometendo-se com o aumento salarial mais ambicioso do que o Primeiro-Ministro Montenegro defendeu recentemente, indo mais longe do que o próprio Programa do Governo — é uma

oportunidade para provar se o PSD e o Governo querem mesmo aumentar salários ou se apenas se tratou de um foguete retórico para desmobilizar a greve geral convocada para amanhã.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caras e Caros Concidadãos nas galerias: O Governo está inquieto, e quem está a deixar o Governo inquieto são os trabalhadores deste País.

Perante a convocação de uma greve geral, vimos o Sr. Primeiro-Ministro acenar, de forma precipitada, com aumentos salariais. De repente, o Governo quer subir o salário mínimo nacional muito acima do que está fixado pelo próprio Governo no acordo tripartido. Vejam bem, o Sr. Primeiro-Ministro até veio afirmar que um salário mínimo de 1600 € mensais é realista, mas que só seria possível graças às alterações à lei laboral previstas no anteprojeto Trabalho XXI.

Só que quando lhe perguntamos em que ano teremos, então, um salário mínimo de 1600 €, a resposta do Sr. Primeiro-Ministro é vaga, diz que é só quando houver alicerces para isso.

Sejamos claros, o Livre também considera que esse valor é possível e desejável, mas ninguém se iluda, não vamos lá chegar com as alterações previstas no anteprojeto Trabalho XXI, porque não é aumentando a precariedade, não é esticando horários de trabalho, não é promovendo o desequilíbrio entre a vida familiar e o trabalho que se aumenta a produtividade.

O que o Governo faz com o seu anteprojeto é exatamente o contrário do que seria necessário. Insiste numa economia assente em mão-de-obra barata e precária, desvaloriza as pessoas e as famílias, desvaloriza quem trabalha, desvaloriza o trabalho.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Isso revela bem a visão limitada que o Governo tem, ou não tem, para o futuro do nosso País.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — A produtividade é a riqueza produzida pelos trabalhadores, não é um truque de propaganda. E se alguns dizem que somos a melhor economia, então onde entram os trabalhadores nessa equação? De que serve sermos a melhor economia se quem trabalha continua precário e mal remunerado?

A realidade é esta: Portugal é o segundo país da União Europeia com mais trabalhadores com contratos a prazo, em que 1 milhão e 300 mil pessoas vivem com vínculos precários, dois milhões e meio de trabalhadores ganham menos de 1000 € por mês e 800 000 recebem apenas o salário mínimo. Estamos na décima posição dos países com o salário médio anual mais baixo da União Europeia, entre trabalhadores a tempo inteiro.

É por isso que o Governo está inquieto. Tenta agora disfarçar as razões que levam os trabalhadores a aderir à greve geral marcada para amanhã, tenta desmobilizar os trabalhadores, proclamando um aumento de mais de 80 % do salário mínimo nacional, só que não se sabe para quando.

Vejamos o que o Governo realmente propõe para o salário mínimo nacional. Para 2026, um aumento de 50 € para 920 €, e para 2028, o objetivo é atingir os 1020 €. É esta a ambição do Governo.

O Livre propõe algo diferente, responsabilidade e visão. Propomos um compromisso claro de valorização salarial ao longo da legislatura. Para 2026 defendemos um aumento de 95 € para 965 €, e o objetivo de 1250 € em 2029, de forma a recuperar a trajetória dos 80 % do salário mínimo espanhol, que já perdemos.

Hoje o Livre acompanha também as diversas propostas de aumento do salário mínimo nacional que aqui são apresentadas, porque uma economia saudável só se constrói com salários dignos e porque os trabalhadores merecem, sem mais adiamentos, aquilo que é justo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Hugo Oliveira, do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Falamos hoje do aumento do salário mínimo. Confesso que não deixa de ser caricato ouvir o PSD falar do salário mínimo.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Sabe, Sr. Deputado, quanto ao salário mínimo, o Partido Socialista tem currículo, já o PSD tem cadastro. É bastante diferente.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Nos oito anos de governação do Partido Socialista, aumentámos sempre o salário mínimo, a economia cresceu e o desemprego diminuiu.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É ridículo, isso!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — E sabemos bem o que dizia o PSD. Estamos todos lembrados do que dizia Pedro Passos Coelho quando Luís Montenegro era líder de bancada, seguindo-se-lhe Hugo Soares.

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

Pedro Passos Coelho dizia que o aumento dos salários,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi ele que aumentou!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — … que o fim dos cortes ia levar à estagnação da economia, ao aumento do desemprego.

Depois de Pedro Passos Coelho, veio Rui Rio — novo Presidente, mas a mesma conversa. Rui Rio dizia que o aumento do salário mínimo seria prejudicial para as pequenas e médias empresas, que a economia não ia aguentar, que o desemprego ia aumentar. O que é que aconteceu? A economia continuou a crescer e o desemprego a diminuir.

Pode dizer o PSD: «São dirigentes do passado. Não estão hoje a dirigir o PSD. Não estão no atual Governo». Pois bem, vamos então recordar o que dizia Miranda Sarmento, em 2021, quando disse que o aumento que o Partido Socialista propôs iria levar à queda da economia, ao aumento do desemprego — era a mesma conversa.

Então, quando é que o PSD voltou a falar do salário mínimo? Foi em 2024 e em 2025, na altura das eleições. O que não disse aos portugueses foi que, enquanto prometia o aumento do salário mínimo, queria reduzir os direitos dos trabalhadores. Sim, podem continuar a repetir que a reforma laboral constava do vosso programa eleitoral, mas basta qualquer português ir lá procurar e sobre ela nada diziam.

E se hoje escolhem as promessas e palavras vãs sobre o aumento do salário, contrariamente ao silêncio do que disseram ontem, a única coisa que pretendem é o mesmo: iludir os trabalhadores.

Protestos do PSD.

Quando falam de um aumento de 1600 €, de 1800 €, não têm vontade nenhuma de aumentar o salário. Aquilo que têm é medo. Têm medo da resposta que os trabalhadores vão dar a este Governo já amanhã.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Falam hoje em aumentos de salários e prometem…

Protestos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro até vai prometendo valores diferentes, depende do dia. Mas a verdade é que aquilo que apresentaram aos parceiros sociais, numa contraproposta à vossa proposta para a alteração da lei laboral, foi uma proposta onde estão previstos cortes nos salários dos trabalhadores. Hoje dizem que querem aumentar, mas o que apresentam na concertação social é a possibilidade de haver cortes nos salários dos trabalhadores.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Dizem que esta greve é extemporânea, que não faz sentido.

Pois bem, com a economia a crescer, com o desemprego em mínimos históricos, com o trabalho em máximos históricos, o que não faz sentido é uma alteração da reforma laboral, porque estes resultados foram alcançados com aumento de salários, com aumento de direitos, com a proteção do trabalho.

Aplausos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados, os portugueses, os trabalhadores portugueses sabem bem,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sabem, sabem!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — … que estaremos sempre ao lado do aumento do salário mínimo, do aumento das suas regalias, ao lado do aumento dos seus direitos. E sabem igualmente que estaremos contra e que mostraremos a nossa oposição em relação à vontade do Governo e do PSD de cortar salários, de cortar direitos, de aumentar a precariedade em Portugal.

Aplausos do PS.

E sabem que estaremos, igualmente, contra e mostraremos a nossa oposição em relação à vontade do Governo e do PSD de cortar salários, de cortar direitos, de aumentar a precariedade em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Voltamos a dizer que é recorrente, neste Hemiciclo, o já habitual leilão do salário mínimo nacional, quando devíamos estar a falar de produtividade, de investimento, de crescimento económico, da realidade das empresas — quatro termos que a esquerda trata como se fossem verdadeiros palavrões. O que interessa é decretar. Como é que lá se chega? Paciência!

Em vez disso, o que é que temos? A velha receita populista da esquerda de promover aumentos e depois fingir que o eterno ciclo de pobreza não é resultado direto das suas políticas.

O Livre licita 965 €, o Bloco de Esquerda sobe para 1020 €, o PCP tenta ganhar a corrida do populismo com 1050 €. Atenção que o PSD não está a ir por caminhos muito diferentes, nem este Governo.

Criam o valor por decreto e ignoram em absoluto a realidade das empresas portuguesas. Ora, o aumento por decreto não cria riqueza, redistribui pobreza — metam isto na cabeça! —, e tem consequências diretas para as micro e pequenas empresas, para o comércio local, para a restauração, para a agricultura, para os setores mais intensivos em mão de obra.

Protestos do PCP.

São estas empresas que o Estado esmaga todos os dias, que vivem no limite, sem qualquer margem, sem almofadas financeiras, aquelas empresas que são constituídas por trabalhadores. São as micro, pequenas e médias empresas — não são os grandes grupos económicos — que ficam asfixiadas. E, portanto, já sabemos qual é o resultado: ou despedem, ou não contratam, ou fecham portas. Expliquem, por favor, ao País como é que as empresas vão pagar salários mais altos mantendo impostos mais altos. Por milagre? Por ideologia? Até porque não podemos esquecer o óbvio, sem empresas não há trabalhadores, sem trabalhadores não há salários.

Portanto, este é o erro crónico da esquerda, o de achar que o salário se cria por vontade política. Não se cria! Não se cria! O salário paga-se com produtividade, com empresas fortes, com investimento, com crescimento económico.

Nós continuamos presos numa economia de baixo valor, excessiva carga fiscal, e sobre isto os senhores não querem saber nada. Portanto, sim, nós rejeitamos estas propostas, porque salários mais altos não se decretam, constroem-se, não dependem de vontade política, dependem de políticas que promovam crescimento económico, que libertem a asfixia que hoje em dia recai sobre pessoas, sobre trabalhadores e sobre empresas.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Para o JPP, o salário mínimo nacional não é um *slogan*, é uma urgência social. Temos vindo a defender que o salário mínimo suba de forma mais ambiciosa, mas sempre articulado com a valorização do salário médio, com a redução da carga fiscal sobre o trabalho e com os apoios às micro e pequenas empresas.

Não basta anunciar números, se quem trabalha e ganha o mínimo continua a não conseguir pagar a renda, a saúde, a alimentação e os transportes.

O JPP quer e pretende um caminho claro, o da dignidade no salário e mais justiça para quem trabalha. Defender o aumento do salário mínimo nacional num País onde o custo de vida sobe ano após ano é, pois, defender a dignidade, é defender a justiça e, acima de tudo, o desenvolvimento social do nosso País.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo com um anúncio que, aparentemente, é ignorado pelas bancadas da esquerda. Vamos ter, efetivamente, um aumento do salário mínimo nacional para 920 € em 2026, um aumento expressivo de 5,7 %, face a 2025.

Por outro lado, Srs. Deputados, Portugal é hoje o 11.º país da União Europeia com o salário mínimo mais elevado. São factos, e contra factos não há argumentos.

Não nos surpreende que este debate venha do Partido Comunista e dos seus camaradas da extrema-esquerda,…

Neste momento, a Deputada do BE Mariana Mortágua levantou a mão direita com o punho fechado e apenas os dedos indicador e mindinho esticados.

… que continuam a viver na ilusão de que todos os problemas se resolvem subindo o salário mínimo, ignorando por completo que para termos melhores salários para todos — repito, para todos! — é preciso termos mais crescimento económico e é preciso termos empresas mais robustas.

Aliás, Sr. Deputado Paulo Raimundo, se não ignorasse isso, o Sr. Deputado seria o primeiro a defender a reforma do IRC, porque é essa reforma que permite que empresas mais fortes paguem melhores salários, que paguem melhores salários!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Rompendo com esta política e com esta cultura de esquerda, o Governo da AD tem uma política económica completamente diferente da geringonça e muito mais ambiciosa.

Nós queremos continuar a subir o salário mínimo, mas queremos, sobretudo, subir o salário médio das famílias portuguesas.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quando? No futuro?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é no futuro, é agora.

E as famílias portuguesas são mesmo, Sr. Deputado, as famílias que tiveram o maior aumento de rendimento real na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) em 2024. Por isso, este é outro facto que o Sr. Deputado não consegue contestar. E esse aumento do rendimento real foi impulsionado, por um lado, pelo aumento das remunerações e, por outro lado, pela redução de impostos, pela redução do IRS.

Protestos do PCP.

O que significa que em Portugal, em 2024 e 2025, a vida está a mudar para as famílias de portugueses e está a mudar para melhor. Os salários estão a crescer, os impostos estão a descer e os portugueses têm mais rendimento disponível no final de cada mês — contra factos não há argumentos.

É por isso mesmo que esta greve geral não faz nenhum sentido. Esta greve geral só faz um sentido, é uma greve geral política para a esquerda tentar mascarar a derrota que teve nas eleições legislativas. Não é mais do que isso.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Mas há um aspeto que não pode ser ignorado quando o Governo decide — e bem — aumentar o salário mínimo. Este aumento do salário mínimo tem de ser acompanhado pelo aumento de apoios a determinados setores sociais. E eu identifico, em particular, os cuidados paliativos e os cuidados continuados e, no ensino particular, os contratos de associação, de cooperação, e o ensino especial. Isto porque aumentar o salário mínimo e não aumentar os apoios a estes setores sociais condena estes setores sociais à falência, e isso não pode acontecer.

O CDS defende um aumento dos salários, de todos os salários, para todos os portugueses.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Daniel Teixeira, do Chega, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal não é pobre por acaso, Portugal é pobre porque tem no Estado, pelo Estado e para o Estado, uma teia que sufoca quem trabalha, quem empreende, quem investe e quem cria riqueza. No fundo, temos um País que, durante décadas, se habituou a olhar para baixo, a contemplar o salário mínimo como uma amável oferta do Deus Estado, a discutir o salário mínimo como se fosse o teto possível.

O debate está prestes a chegar ao fim, mas há, no entanto, um ponto que é assente. Creio que todos nós, nesta Sala, independentemente das diferenças, concordaríamos que os salários em Portugal são, de facto, demasiado baixos.

Portugal é hoje um país onde o salário mínimo já toca o salário médio em vários setores. Ora, qualquer um de nós deveria saber que isto significa um travão brutal à progressão salarial e também um incentivo à estagnação do nosso País. E é por isso que discutir apenas o salário mínimo, como a esquerda ama fazer, é mais do que não perceber um problema, é, pura e simplesmente, fingir que não se percebe o mesmo.

Em primeiro lugar, quando as empresas, sobretudo as pequenas e médias, que é a nossa grande maioria do tecido empresarial, são obrigadas a aumentar salários sem um aumento da produtividade, elas, no fundo, fazem o que qualquer manual de economia prevê, ou seja, transferem os custos para os preços. E surge, por isso, o

monstro da inflação, inflação essa que corrói precisamente o poder de compra daqueles que todos nós afirmamos querer defender, que são os portugueses.

Protestos do PCP e do BE.

Em segundo lugar, os custos aumentam artificialmente e as empresas deixam de contratar, perdem o estímulo à contratação. E, por isso, temos setores que deixam de ser competitivos e os trabalhadores também são penalizados.

Em suma, quando se sobe apenas o salário mínimo, mas não se cria uma economia capaz de suportar e de pagar salários melhores, o que acontece é simples, todos ficam encostados ao mínimo. E se há coisa que Portugal não precisa é disso mesmo, é de mais trabalhadores no salário mínimo. Portugal não precisa de mais trabalhadores no salário mínimo.

Aplausos do CH.

Mas há, ainda assim, Srs. Deputados, uma incoerência brutal neste debate. O arco da governação, o centrão, o PS e o PSD, a esquerda também como um todo, repetem, legislatura após legislatura, que querem salários europeus, mas mantêm um modelo económico que prende eternamente Portugal precisamente à cauda da Europa. Querem salários altos num País que penaliza o investimento. Querem um salário mínimo maior, mas rejeitam sistematicamente as condições que permitiriam esse aumento.

Portanto, Srs. Deputados, é óbvio que Portugal tem de crescer. Temos de abandonar o paradigma da economia minúscula, como aqui já foi dito, e do rendimento mínimo.

Os portugueses merecem muito mais e a mudança salarial começa, por isso, pela mudança do modelo económico — libertar empresas, de facto, aliviar famílias, premiar trabalho, produtividade, mérito e investimento.

Sr. Presidente, ao contrário daquilo que aqui foi dito, o Chega não está a torcer pela queda do País, muito pelo contrário. Nós, legitimamente, apenas não confiamos naqueles que, durante anos e ano,s prometeram e pouco cumpriram, naqueles que juraram um futuro próspero e o roubaram de todos nós.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrições, tem a palavra, para encerrar o debate, o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do PCP. Dispõe de 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente: Estamos a chegar ao fim deste debate, um debate importante sobre os salários, sobre os salários em geral e que tem como instrumento o salário mínimo nacional.

E eu antecipei o que ia acontecer no debate. Peço desculpa, acertei. Vieram as cassetes todas: a da produtividade, a da economia, a das micro, pequenas e médias empresas. Apareceu a cartilha toda!

Risos do CDS-PP.

Srs. Deputados, em Portugal, no ano passado, entraram cerca de 23 milhões de turistas, mais coisa, menos coisa. Repito, 23 milhões de turistas. Quem aguenta a parte de leão desse setor importantíssimo são os trabalhadores da hotelaria. Os trabalhadores da hotelaria, na sua grande maioria, recebem o salário mínimo nacional. E vêm falar-me de produtividade para estes trabalhadores?! Está pouca ou está muita?

Mais um exemplo. Em 2018, cada operário da Autoeuropa construía, em média, 35 automóveis. Em 2024, construiu 43 automóveis. Subiram os salários em função desse aumento da produtividade? Não. Subiu a intensificação dos ritmos de trabalho, subiu o número de doentes profissionais, e os salários não subiram ao nível dessa produtividade. Falácias!

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

E não venham falar das micro, pequenas e médias empresas, porque toda a gente sabe quais são os custos de contexto, aquilo que faz a diferença das micro, pequenas e médias empresas. Ninguém quer mexer nisso, ninguém quer atacar a energia, ninguém quer atacar as comissões bancárias, ninguém quer atacar o preço dos seguros, dos bancos. Sobre isso, pia-se fininho, porque não se pode beliscar os interesses dos grandes grupos económicos. Quanto ao resto, é tudo sobre os salários, tudo sobre os salários.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, 80 % dos que trabalham no nosso País recebem menos de 1500 € brutos por mês. Esta é que é a imensa maioria, e é esta imensa maioria também que amanhã tem razões acrescidas para fazer uma grande greve geral, porque são os seus salários e as suas horas extraordinárias que estão em causa, é a sua vida e a sua dignidade.

Isto não é um debate sobre salários, é sobre respeito, é sobre dignidade, é sobre a vida. Quem trabalha, merece e tem direito.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao último ponto da nossa ordem do dia, que consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 43/XVII/1.ª (CH) — Recupera a figura do visto prévio do Tribunal de Contas no âmbito dos projetos financiados e cofinanciados pelo Plano de Recuperação e Resiliência e 300/XVII/1.ª (PAN) — Repõe o visto prévio do Tribunal de Contas no âmbito dos projetos financiados e cofinanciados pelo PRR, alterando a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

Para apresentar o projeto do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O projeto de lei em apreço busca recuperar a figura do visto prévio do Tribunal de Contas no âmbito dos projetos financiados pelos fundos do PRR, retomando o papel preventivo deste tribunal, que foi há um ano alterado por proposta do Governo.

Com esta iniciativa, pretendemos restaurar o controlo do Tribunal de Contas, TC, bem como a possibilidade de recusa de visto com efeitos suspensivos, antes do início da execução do contrato, e ainda a manutenção da lógica de controlo preventivo obrigatório associado à despesa pública relevante.

A nossa Constituição define, aliás, o Tribunal de Contas como o órgão supremo de fiscalização financeira da legalidade da despesa pública. Façamos isso, sem medos ou receios.

Há muito tempo que os portugueses pedem uma coisa muito simples, justa e básica: saber para onde vai o dinheiro que entregam ao Estado, saber, com clareza, o retorno que recebem desse esforço. Não se pedem favores nem se pedem privilégios, pede-se, apenas e só, mais controlo e mais transparência. É necessário o controlo da legalidade ou de irregularidades antes da geração de encargos.

Em suma, com a reversão, procuramos reforçar o controlo preventivo associado à contratação pública financiada por fundos europeus e um maior alinhamento com práticas de auditoria que privilegiam a prevenção em vez da mera reação.

Refira-se, aliás, que o próprio Tribunal, na época, se pronunciou nos tempos médios de análise do visto prévio, que rondam apenas os 11 dias. Onze dias, Srs. Deputados! Qual é o medo?! Não será neste órgão que estão os atrasos insanáveis do PRR. Eles estão, certamente, na burocracia do Estado,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Como com esta iniciativa!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … na inação, pois, só com 46 % de execução atual, dispõe ainda de mais de 12 mil milhões de euros para aplicar em pouco mais de um ano.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E vocês não querem que se faça!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Antes de sermos bons profissionais ou até bons políticos, Sr. Deputado, temos de ser realistas.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sejamos sérios, Srs. Deputados, pois o restabelecimento do visto prévio pode, e deve, ser visto como um grande reforço de *compliance* e uma linha de defesa na proteção de fundos públicos.

O próprio Tribunal de Contas, através dos relatórios de acompanhamento, já recomendou que o legislador deveria reponderar a justificação e utilidade do regime de medidas especiais de contratação pública, face à sua expressão pouco significativa e ao prejuízo do recurso a procedimentos concorrenciais abertos.

O facto de os juízes passarem a avaliar a legalidade dos projetos em simultâneo com a sua execução conduz à possibilidade da prática de atos ilegais consumados, com prejuízo para o interesse público nacional. Um juiz do Tribunal de Contas referiu que os contratos continuam a ser enviados ao Tribunal, mas eles só os podem fazer cessar em casos raros de excecional gravidade.

Queremos celeridade ou controlo? Já diz o ditado que «depressa e bem, há pouco quem!». Hoje, estamos cá para lutar pela verdade. Não colocamos em causa o imperativo de avançar rapidamente para a concretização dos fundos, mas cabe-nos a nós refletir sobre o equilíbrio entre a velocidade e a legalidade.

Portugal só avança quando o contribuinte sabe onde está o seu dinheiro…

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

…e quando pode confiar que esse dinheiro serve o bem comum, e não o conforto permanente da máquina de Estado. Nós não estamos aqui só para proteger o Estado, estamos aqui para proteger os portugueses do próprio Estado, para exigir que o dinheiro de quem trabalha seja usado com rigor, com justiça e com verdade.

O Governo prepara-se agora e entrou com uma iniciativa — pasme-se! — para isentar, ou até dispensar, o visto noutros contratos de financiamento para habitação pública e modular…

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … e até para fundos de investimento imobiliários.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Claro!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — O Tribunal de Contas recusa ser o bode expiatório para os sucessivos atrasos, porque não é esse o motivo. «A gestão pública não pode ficar à solta»,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nem o PS!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … disse a Presidente desse Tribunal, Filipa Calvão — e nós concordamos.

Estamos a pôr em causa a gestão pública financeira e a permitir prejuízos efetivos para o erário público, irrecuperáveis. E o Chega aqui estará, sempre, para garantir que essa verdade não volte a ser escondida.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Alberto Fonseca, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estou esclarecido sobre o graxismo!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, nós já percebemos que o Chega tem uma regra, que todas as intervenções têm de incluir uma referência à corrupção ou a imigrantes.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Porque será?!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Diria, Sr. Presidente, que se bebêssemos um *shot* de cada vez que o Chega diz as palavras «corrupção» ou «imigrantes» sairíamos daqui bêbados todos os dias.

Risos do PSD e protestos do CH.

Sr. Deputado, a fraude e a corrupção não se combatem com populismo, combatem-se com medidas concretas como, por exemplo, a criação da Comissão de Combate à Fraude no SNS, liderada pelo juiz Carlos Alexandre. Não é com palavras empolgadas ou com discursos inflamados, é com ações concretas.

Quanto à grande confusão do Chega com a correlação que quer fazer entre a falta de visto e a corrupção, devo dizer, em primeiro lugar, que o visto não foi isento. O que foi isento foi o visto prévio.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — É a Presidente do Tribunal Constitucional que diz!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Em segundo lugar, o visto prévio é uma espécie de originalidade portuguesa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não há em lado nenhum!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — A regra, na Europa, são as fiscalizações concomitante e sucessiva, que são mais eficazes. Isto porque, e em terceiro lugar, a fraude normalmente acontece no plano da execução do contrato e não no plano documental, onde o visto prévio não será tão eficaz.

Protestos do CH.

Por último, dos contratos visados pelo Tribunal de Contas este ano, aqueles que são recusados representam menos de 2 %, e não consta que tenha sido por questões de fraude ou de corrupção. Ou seja, com esta proposta do Chega estaríamos a burocratizar 98 % das propostas desnecessariamente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tal e qual!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Por isso, queria perguntar ao Sr. Deputado Eduardo Teixeira se o Chega tem consciência do impacto daquilo que está a propor.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Além disso, algumas das empresas usavam e abusavam do contencioso pré-contatual para impedir a execução dos investimentos do PRR…

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — … e, com este diploma, que o Governo fez aprovar no ano passado, isso ficou resolvido.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Pergunto-lhe se tem consciência disso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eduardo Teixeira, para responder, dispõe de 1 minuto e 36 segundos, mais a tolerância.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Fonseca, não sei se vai sair daqui bêbado,…

Risos do CH.

… conforme disse,…

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Vai, vai!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — …, o facto é que isso é algo com que os portugueses se preocupam…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Os portugueses estão mesmo todos a pensar no Tribunal de Contas, deve ser isso que lhes tira o sono!…

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … e é algo em que o Chega é absolutamente intransigente. Nós lutamos por isso.

Sr. Deputado, gostava de lhe fazer uma pergunta, se ainda tiver tempo para a resposta. Diga-me lá: em que é que esta dispensa do visto prévio fez adiantar a taxa de execução do PRR?

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Exatamente! Zero! Bola…

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sabe? Em zero! Temos 46 % executado e pouco mais do que um ano — temos um ano e dias! — para executar o PRR.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Se não houvesse era pior!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Mas o Governo já recebeu 62 %. O Governo já recebeu mais 2 mil milhões, mas, na verdade, há 12 mil milhões que estão ainda por executar, e não é por causa da questão do visto prévio.

A única coisa que, a mim, me cria muita confusão é o Sr. Ministro da Reforma do Estado, em vez de pensar na burocracia,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pensou, pensou!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … em vez de pensar na multiplicidade de organismos do Estado, vir trazer a esta Casa um pensamento de querer limitar a introdução do visto prévio,…

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

… contra o Tribunal de Contas, como, aliás, tem sido apanágio do PSD nos últimos tempos.

Protestos de Deputados do PSD.

É contra o Tribunal Constitucional, não lhe quer dar meios financeiros; é contra o Tribunal de Contas, não lhe quer dar meios de fiscalização prévia. Lamenta-se profundamente!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para responder, não. Não estamos em bate-papo, como dizem os brasileiros.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa, com interpretação restritiva, porque agora estou a ver se pratico essa cultura de restrição.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Vai ser, vai ser, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, vamos lá ver. Estarei atento, e tenho aqui um botão que corta a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, é uma interpelação à Mesa para pedir a distribuição de uma notícia do jornal *Eco — Economia online*,…

O orador exibiu o documento que mencionou.

… que diz que, em vários países europeus, o controlo prévio direto sobre os contratos públicos…

O Sr. **Presidente**: — Sim, senhor, não é preciso ler…

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — … tem vindo a ser reduzido ou substituído por modelos de auditoria exterior.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, será distribuído, sendo uma notícia *online* — é uma coisa fantástica, vou distribuir uma notícia *online*! Vou ter de repensar o sentido restritivo relativamente às interpelações à Mesa. Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, faça favor…

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, pedia a palavra nos mesmos termos, se for possível.

O Sr. **Presidente**: — Para distribuir um artigo *online*?

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Não, para pedir a distribuição de um documento que vou fazer chegar à Mesa, datado de maio deste ano, seis meses após a dispensa do visto prévio, em que o Ministério Público acusa 123 arguidos…

O Sr. **Presidente**: — Não precisa ler o que diz a notícia, que é para termos de a ler.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … por fraudes…

O Sr. **Presidente**: — É um artigo, será distribuído.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … na obtenção de fundos comunitários.

Aplausos do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não tem nada que ver, esses passaram todos pelo visto prévio!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, tem a palavra para intervir.

Protestos do CH.

Pausa.

A interpelação à Mesa a pedir a distribuição de um documento não é para se estar a ler o que o documento diz, porque senão até tira aquele que é o fator de, digamos, interesse para se ler o documento que é distribuído.

Não é só agora, é para todos. Portanto, serei mais cuidadoso também nisso.

Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, *shots* não diria, mas, se calhar, convém alguma coisa para a memória, porque, relembremos: em 2021, juntaram-se o PS, a conivência do PSD e a abstenção do Chega para eliminar o visto prévio do Tribunal de Contas, nomeadamente para os projetos financiados pelo PRR.

Na altura, invocaram o argumento de que era para simplificar, para agilizar, para acelerar a execução nos fundos europeus. De tal forma puseram o pé no acelerador que, agora, aquilo que temos é, de facto, a criação de uma perigosa zona cinzenta, onde a opacidade substitui a fiscalização, onde o risco de corrupção deixa de ser um acidente de percurso e passa a ser uma possibilidade estrutural.

Quando se elimina o escrutínio num País onde a confiança pública já é frágil, não se está a simplificar, está-se a abrir a porta a irregularidades, ao uso indevido de fundos, à fragilização da credibilidade do Estado perante a União Europeia.

O Tribunal de Contas, na altura, alertou. Aliás, o Procurador Europeu José Ranito também alertou. Todos disseram que Portugal se estava a tornar um caso de estudo, não pela eficácia, mas pelo aumento de investigação, pelos sinais de alerta, pela falta de mecanismos robustos de controlo. E o mais grave é que os benefícios alcançados não compensam em absolutamente nada, e menos ainda chegam à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Segundo os dados disponíveis, apenas 0,38 % dos contratos públicos do PRR usaram este regime. Ou seja, criámos um risco sistémico e recebemos, em troca, uma vantagem absolutamente insignificante. E o mais grave de tudo é ver que o Governo quer generalizar esta experiência a todos os contratos públicos, o que é absolutamente inaceitável.

Há aqui uma questão política que não podemos ignorar. Quem é que ganha com a ausência de fiscalização? Quem é que beneficia quando o Estado se autodispensa de controlo prévio? Não são as pessoas, não são as empresas e as entidades públicas, que precisam do PRR para modernizar os serviços públicos, reforçar a habitação, melhorar a mobilidade ou combater a crise climática. Quem ganha é sempre o mesmo: quem opera na sombra, quem prefere processos sem escrutínio, quem vê a exceção como oportunidade e não como risco.

Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, é por isso mesmo que, hoje, o PAN defende e apresenta esta iniciativa para a reposição do visto prévio, porque não estamos aqui para servir interesses particulares de quem atua na sombra, mas sim para agir em prol dos cidadãos.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: A Iniciativa Liberal tem alertado, de forma persistente, para o impacto devastador da carga burocrática em Portugal. Quando o Governo apresentou, nesta Câmara, a proposta para eliminar o visto prévio do Tribunal de Contas nos projetos financiados e cofinanciados pelo PRR, acabou por reconhecer, ainda que de forma envergonhada, esse mesmo excesso de burocracia.

Para não comprometer o cumprimento dos prazos do PRR, não nos opusemos à eliminação do visto prévio, mas deixámos dois alertas essenciais: primeiro, continuamos a atuar com medidas reativas, verdadeiros pensos rápidos, que desviam a atenção das reformas estruturais de que o País necessita para eliminar a burocracia excessiva e simplificar os processos; segundo, a ironia da situação, pois é o próprio Estado que pede para ser libertado da burocracia que ele próprio criou, burocracia essa que estaria a colocar em causa parte da execução do PRR. Portanto, é o próprio Estado que se vê agora em mãos com prazos e com dificuldades de financiamento.

O Estado sente-se esmagado pela sua própria burocracia e, por isso, pede que esta seja eliminada, que esta seja levantada. Mas as pessoas e as empresas que estão, há anos, igualmente esmagadas e, há anos, a alertar para o mesmo problema, essas já não são uma preocupação e continuam sem soluções concretas.

Quanto à proposta do Chega, não surpreende. O mesmo partido que, recentemente, durante o debate da COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública), classificou o Tribunal de Contas como um entrave político ao desenvolvimento, devido à burocracia e excesso de pareceres,…

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — … defende agora a reposição do visto prévio.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Isso!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Seria de esperar coerência, mas, não, o Chega já nos habituou a esta dualidade de critérios: com uma mão promete combater a burocracia, com a outra…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Pede mais!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — … celebra-a e propõe mais do mesmo.

O argumento apresentado pelo Chega, de que o visto prévio é essencial para avaliar se os projetos de PRR são ou não viáveis para serem executados ou para garantir a sua legalidade, não corresponde à realidade. O visto prévio não tem como função avaliar viabilidade de execução, e a sua eliminação não impede o Tribunal de Contas de exercer o escrutínio.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Pois é! Pois é!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Pelo contrário, mantém essa função essencial sem colocar em causa os prazos de execução.

Srs. Deputados, falamos recorrentemente de simplificação, de eficiência, de modernização, mas, demasiadas vezes, rapidamente o discurso resvala para um registo pesado de desconfiança, ou até catastrófico. Sabemos sempre, naturalmente, que os processos de simplificação têm riscos, mas não é isso que debatemos. O que debatemos é uma cultura de paixão pela burocracia e pela hiper-regulação que sufoca a economia, trava o crescimento e alimenta a corrupção que é gerada pela própria burocracia.

É precisamente essa cultura que a Iniciativa Liberal quer combater. Defendemos reformas estruturais que libertem os portugueses e as empresas, permitindo-os focar-se nas suas funções essenciais, aumentando a sua competitividade, intensificando a concorrência e, com isso, criando condições para o crescimento económico de que o País necessita.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Eduardo Teixeira, mas não terá tempo para responder.

Sr. Deputado Eduardo Teixeira, tem 5 segundos para fazer o pedido de esclarecimento.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, não podia deixar de dizer ao Sr. Deputado que, de coerência, não ensina nada ao Chega.

O Chega teve, a 24 de setembro, nesta Casa, a mesma posição que agora está a defender — a 24 de setembro! Quem mudou de opinião foi, por exemplo, a Sr.ª Deputada do PAN, a Sr.ª Deputada…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não tem mais tempo.

Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, para uma intervenção.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O debate de hoje sobre a reposição do visto prévio do Tribunal de Contas nos projetos financiados pelo PRR é, no fundo, um debate sobre a qualidade da nossa governação. E vale a pena começar por recordar o óbvio: a transparência e a fiscalização do investimento público não são obstáculos, são condições de boa governação, de credibilidade institucional e de confiança dos cidadãos no Estado.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Sim, sim!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — A opacidade, essa sim, custa muito caro!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Nos últimos anos, justificou-se a eliminação deste mecanismo com a necessidade de acelerar a execução dos fundos do PRR. Ou seja, primeiro gasta-se e depois logo se vê se gastámos bem.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Errado!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Mas a experiência mostrou aquilo que é evidente para qualquer pessoa que trabalha com políticas públicas: o que atrasa o Estado não é o controlo, é a falta de capacidade administrativa, a má preparação dos procedimentos e a ausência de planeamento. E não deve existir contradição entre rapidez e rigor, pelo contrário. O controlo prévio evita erros, evita litígios e evita correções muito mais demoradas e custosas no futuro.

O PRR não é uma obra de emergência, é um programa de transformação estrutural, e projetos estruturais exigem escrutínio igualmente estrutural.

É também importante recordar que Portugal está hoje num contexto de escrutínio internacional — e bem! —, e a confiança no País constrói-se com mecanismos de prevenção. Parece-nos que repor o visto prévio é, por isso, não apenas um gesto interno de responsabilidade, mas um sinal externo de maturidade institucional.

O Tribunal de Contas tem sido claro: a dispensa do visto prévio abrange muito poucos contratos, não trouxe a aceleração prometida e aumenta riscos que o País não precisa de correr.

O Livre não aceita a falsa escolha entre execução e controlo. O País precisa de executar bem o PRR, mas precisa ainda mais de o fazer com transparência, com respeito pelos princípios constitucionais da contratação pública e com um sistema de fiscalização que esteja à altura da escala dos recursos envolvidos.

Por isso, o Livre vê com bons olhos a iniciativa de devolver ao Tribunal de Contas este controlo preventivo sobre os contratos PRR. Mas a reposição do visto prévio deve ser apenas o início. Não basta reverter uma decisão, é preciso construir capacidade no Estado, garantir procedimentos mais claros e assegurar que todos os dados relativos ao PRR são publicados de forma acessível, compreensível, escrutinável e em tempo útil.

Sr.ªs e Srs. Deputados, o PRR é uma oportunidade histórica, não podemos tratá-lo como uma sucessão de urgências. O Estado moderno não se desenvolve suspendendo mecanismos de fiscalização, ele constrói-se com instituições sólidas, previsíveis e capazes de prevenir problemas antes de eles acontecerem.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Estes projetos convocam-nos para a discussão sobre uma realidade que é importante e que está muito longe de estar estabilizada, para a discussão sobre o equilíbrio entre a necessidade de transparência nas relações do Estado

a nível da contratação e a necessidade de essa relação e esses contratos não introduzirem burocracia nem dificultarem o funcionamento da própria administração a ponto de isso ser contraproducente.

Isto gera um paradoxo: normalmente, as mesmas pessoas que, em 99 % do tempo, falam da burocracia do Estado, e quando recebem empresas, quando recebem organismos públicos… Os organismos públicos queixam-se de que não conseguem desenvolver a sua atividade por causa da contratação pública,…

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … e toda a gente diz que «sim, senhor». Depois, vêm as empresas e dizem que não conseguem relacionar-se com o Estado em condições de transparência, em condições de eficiência, por causa da contratação pública. E batem todos palmas outra vez! E, a seguir, vem-se dizer «mas atenção, é preciso combater a corrupção e é preciso introduzir ainda mais burocracia».

Sr.as e Srs. Deputados, sejamos transparentes: o visto existe na mesma! Nós estamos a falar apenas do visto prévio, e apenas para algumas situações, que são uma pequena percentagem. Nenhum contrato público deixa de ser avaliado pelo Tribunal de Contas!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): —Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nenhum contrato público deixa de ser escrutinado por causa do Tribunal de Contas.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, sabem o que é que aumenta a burocracia? Mais níveis, mais intervenções, mais intervenientes e mais obrigações burocráticas — é isso que aumenta o risco de corrupção, porque quanto mais gente intervier, quanto mais etapas houver, quanto mais dificuldades existirem para essa contratação, maior é o risco de existir corrupção.

Mas há uma coisa que tem de ser dita, também, relativamente à iniciativa do Chega. O Chega é acusado — tenho de o dizer — muitas vezes de populismo, e neste caso com uma injustiça tremenda, porque o Chega, aqui, é o mais estatista de todos os partidos.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Isso! De esquerda!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não tem populismo absolutamente nenhum! Não tem populismo absolutamente nenhum. Quer até dar aos tribunais poderes que eu acho que os tribunais nem querem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Não, não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, o risco que existe aqui é outro, que é muito significativo também: é achar que há uma hierarquia entre os órgãos de soberania e que os tribunais valem mais do que a Assembleia eleita.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): —Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E não, Srs. Deputados, isso não vamos admitir! Em democracia, estamos aqui eleitos pelo voto do povo. Somos um órgão de soberania, somos nós que definimos as leis, somos nós que definimos as regras, e aos tribunais, como órgãos de soberania, cabe executar essas regras.

Nós não temos de ser lacaios…

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): —Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … de pareceres de tribunais.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nós não temos de ser lacaios de opiniões de juízes nem de carimbar aquilo que um determinado juiz ou determinado tribunal diz «ai, devia ser assim»! E nós aqui dizíamos «sim, senhor! Assinamos por baixo e fazemos a lei como diz». Se o Chega quer ser lacaio dos tribunais, será, nós não seremos! Nós somos representantes do povo…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda, do Partido Socialista, para uma intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nós respondemos ao povo! Era o que faltava!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): —A lei da imigração já foi o que se viu!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Debatemos hoje o PRR. Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é essencial garantir rigor e, simultaneamente, celeridade na execução do PRR.

Mas a boa execução do PRR não se faz apenas com medidas legislativas ou procedimentais, como a adoção ou não do visto prévio do Tribunal de Contas. Temos outros temas, igualmente profundos, que comprometem ou não a execução do PRR, e a verdade é que, no último ano e meio, temos assistido a uma clara incapacidade de execução do PRR.

Comecemos pelos factos: quando chegou ao Governo, a AD entrou com um PRR acima da média da União Europeia, como foi reconhecido pelas próprias instituições europeias. Um ano e meio depois, o que é que é possível observar? O mais recente relatório da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR revela que, num ano, mais do que duplicou o número de investimentos em estado crítico.

Entidades independentes, desde o Conselho das Finanças Públicas ao Tribunal de Contas, têm alertado para atrasos sucessivos e para riscos de incumprimento, e temos exemplos que o demonstram. Há concursos no PRR, da inteira e exclusiva responsabilidade deste Governo, com atrasos inaceitáveis, e temos vários exemplos. É o caso, por exemplo, do concurso Comunidades de Energia Renovável, segunda fase, onde o Governo definiu um prazo de 60 dias para decidir, mas passou mais de um ano e os promotores não obtiveram qualquer resposta — repito, passou mais de um ano sem resposta!

Perante esta incapacidade de avançar, o Governo já fez duas reprogramações, uma em fevereiro e outra em outubro, alterando mais de 60 metas e marcos. É legítimo reprogramá-lo, mas a verdade é que o fez sem diálogo, sem escutar a Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, sem ouvir a Associação Nacional de Municípios, sem respeitar o Parlamento, sem transparência para os promotores e para o País. E isto, Sr.as e Srs. Deputados, é incompreensível.

Estas reprogramações não são meros ajustes técnicos. Na última reprogramação, alterou o destino de quase 1000 milhões de euros e cortou em áreas críticas: retirou oito centros de saúde, cortou 3500 vagas de cuidados continuados e eliminou 14 000 vagas em equipamentos sociais, significando menos lares. E, isto, quando sabemos que há idosos nos hospitais que aguardam há mais de quatro anos por um lar!

O Governo corta nas respostas sociais, não ouve ninguém e não apresentou qualquer alternativa. E isto é inaceitável!

Aplausos do PS.

Mas há um outro sinal gravíssimo de incapacidade: mesmo os projetos concluídos pelos promotores não são colocados ao serviço das pessoas. Partilho alguns exemplos concretos de projetos que estão prontos, mas que o Governo não consegue abrir.

Há mais de seis meses por abrir, um exemplo: apartamentos em Vila Velha de Ródão, para arredamento acessível — estão prontos desde março, estamos em dezembro!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Se houvesse visto prévio era pior!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Há mais de sete meses por abrir: Unidade de Cuidados Continuados, em Leiria, 100 camas, 4,5 milhões de euros — está há 7 meses por abrir.

Há mais de um ano por abrir: 10 casas em Grândola, para habitação urgente e temporária; um lar, em Vila do Conde, inaugurado por este Governo, mas que está fechado há mais de um ano.

Sr.as e Srs. Deputados, tudo isto financiado pelo PRR, tudo isto pronto, tudo isto fechado! Isto é desperdício de recursos públicos e é uma afronta a quem mais precisa. É incompreensível esta incompetência!

Aplausos do PS.

Neste âmbito, o Grupo Parlamentar tem questionado o Governo, em várias ocasiões, mas nada mudou. Perante tudo isto, a nossa avaliação só pode ser negativa e preocupante, e, por isso, hoje mesmo, por proposta do Partido Socialista, foi aprovada neste Parlamento, por unanimidade, a audição de entidades-chave na execução do PRR, nomeadamente a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, a Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, o Banco Português de Fomento, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão e entidades representativas dos promotores — a que se juntaram, aliás, propostas de outros partidos.

Assim, concluo com esta mensagem simples: os fundos europeus não são do Governo, são do País. O Governo altera o PRR, corta, atrasa e decide sozinho, mas ao escrutínio parlamentar não pode faltar, e o Partido Socialista não vai faltar a esse escrutínio.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Dulcineia Catarina Moura, do PSD, para uma intervenção.

A Sr.ª **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As duas iniciativas legislativas em discussão versam sobre a mesma matéria, repor o visto prévio do Tribunal de Contas nos projetos financiados pelo PRR. É um objetivo que está em clara contravenção com o regime aprovado, quer pela Lei n.º 43/2024, quer pelo Decreto-Lei n.º 112/2025, que visam única e exclusivamente recuperar o tempo perdido e executar rapidamente os fundos europeus.

As preocupações do Governo não são ideológicas, são preocupações técnicas, tomadas para acelerar a execução, optando por uma fiscalização concomitante, em detrimento de uma fiscalização prévia.

Pretende-se, assim, conciliar rigor e celeridade com um modelo de controlo sucessivo, em vez do controlo prévio generalizado, permitindo que os projetos avancem mais rapidamente, e os resultados estão à vista.

Vamos aos atrasos: dois anos após o arranque do PRR, sob uma governação socialista, tínhamos, aquando da tomada de posse do atual Governo, uma afronta — uma execução que estava na casa dos 20 %, incluindo pedidos de adiantamento, que todos sabemos que não se trata de execução financeira.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Agora já está nos 40 %!

A Sr.ª **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Pouco mais de um ano e meio e com o Governo da AD, vamos aos avanços: execução financeira a rondar os 68 % com a análise do oitavo pedido de pagamento.

Srs. Deputados, a circunstância de o contrato ser visado pelo Tribunal de Contas não é garantia do cumprimento da legalidade, na medida em que a apreciação do Tribunal de Contas incide apenas sobre a matéria documental. E, sim, é preciso desburocratizar.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD, considerando também que os prazos de execução e a reintrodução do visto prévio apresentam, naturalmente, o risco de incumprimento, o que pode levar à perda de fundos comunitários, vai colocar em causa, não só a execução do PRR e de todos os demais fundos europeus, como também o interesse nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: A questão de fundo que deveria ser profundamente discutida é a contratação pública, o investimento público e como são utilizados os recursos públicos e os fundos comunitários.

Mais: a oito meses do fim do prazo do PRR, a questão que se coloca é o que é que esta iniciativa pretende abranger. Que projetos, com o apoio do PRR, estão para ser lançados, que ainda não foram, e cuja conclusão seja daqui a oito meses? Já se viu que esta proposta terá pouco ou nenhuma aplicação.

Com esta iniciativa, o Chega não pretende resolver problema nenhum, mas sim lançar suspeições sobre a Administração Pública, o poder local democrático e sobre o investimento público. O Chega, com esta iniciativa, sugere que o foco da corrupção está no investimento público, para passar ao lado de toda uma política de submissão ao grande capital, com os sucessivos escândalos e a danosa gestão privada, que vão do BES (Banco Espírito Santo) e Novo Banco às privatizações como a da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) ou da ANA (Aeroportos de Portugal), às sucessivas parcerias público-privadas que afastam negócios obscuros do escrutínio público.

Cingir o problema do baixíssimo investimento público ao visto prévio do Tribunal de Contas é desconhecer o inferno burocrático e de litigância permitida que mina o Código dos Contratos Públicos. A tão anunciada bazuca, afinal, não passou de um tiro de pólvora seca, que ficou muito aquém daquilo que foi prometido.

Por outro lado, não se pode branquear e caucionar a política do Governo PSD e CDS, e também do PS, no que respeita ao desenho, prioridades e execução do PRR, bem patente nas reprogramações, que abandonaram investimentos estruturantes e urgentes e os substituíram ou por subsídios aos grupos económicos e multinacionais ou por compras de equipamentos.

Na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, o PCP defendeu o alargamento do prazo de execução do PRR e que a programação dos investimentos fosse feita com realismo, tendo em conta a maturação dos projetos e as necessidades das populações e do País. Mas, nada disto, nenhum destes alertas do PCP foi atempadamente tido em conta.

O problema da contratação pública e do investimento público reside nas opções políticas que PS, PSD e CDS tomaram ao longo de décadas: a destruição da capacidade de planeamento do Estado; a liquidação e privatização de importantes empresas do setor empresarial do Estado; a adoção do modelo neoliberal da contratação pública; a burocracia; a recorrente litigância e a possibilidade de recurso a tribunais arbitrários, em regra favoráveis aos grupos económicos, que arrastam investimentos urgentes em processos judiciais sem fim; o uso do investimento público como variável de ajustamento para a obtenção do tão desejado excedente orçamental.

E face a tudo isto, a fuga dos Governos PS e PSD/CDS-PP para executar o PRR foi a criação de regimes de exceção na contratação pública, sem querer mudar de rumo, mantendo o País refém dos grupos económicos, ao invés de defender o interesse público.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais nenhuma inscrição. Passamos à fase do…

Pausa.

O Sr. Deputado Marco Claudino acaba de se inscrever para uma intervenção. Tem 1 minuto e 46 segundos.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: Creio que este debate foi muito elucidativo do que tem sido a postura do Chega nos últimos tempos.

Vozes do CH: — Oh!…

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — O Chega diz que vem para mudar tudo, que é contra a burocracia, que é contra o excesso de litigiosidade, que é contra a perda de recursos. Este mesmo Chega é exatamente aquele que votou contra o fim das intermináveis suspensões automáticas dos contratos…

Protestos do Deputado do CH José Barreira Soares.

… e é o mesmo que votou contra o novo modelo de fiscalização do Tribunal de Contas, que nos colocava mais próximos, e coloca, aliás, dos modelos da grande maioria dos Estados-Membros da União Europeia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Este Chega votou contra tudo isto, sabendo que o chumbo poderia significar a perda de fundos europeus e do PRR.

Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.

Além de uma enorme hipocrisia, o Chega mostrou uma enorme falta de patriotismo.

Protestos do CH.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Conhecemos bem este Chega: o Chega que não quer resolver nada, o Chega que não quer mudar nada,…

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Falso!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — … o Chega que não quer melhorar nada.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Falso!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Para o Chega, de facto, quanto pior, melhor.

Mas para além do Chega do imobilismo, do Chega do não ata nem desata e do Chega do ramerrame, temos hoje uma meia novidade: é o Chega do marcha-atrás,…

Protestos do CH.

… o Chega que, não satisfeito por não ter conseguido bloquear a mudança, propõe, imagine-se, a reversão da mudança que foi concretizada.

Sr.as e Srs. Deputados, dentro de um mês, quando o Governo propuser um novo e moderno pacote da reforma do Estado, só há dois lados: os Deputados que querem avançar e os Deputados que querem parar e fazer marcha-atrás.

Vozes do CH: — Eh lá! Não, não! Isso é a AD!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Os Srs. Deputados podem escolher o vosso caminho, os portugueses avaliarão.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda, do PS. Tem 1 minuto e 32 segundos.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, quero apenas concretizar, nesta breve intervenção, aqueles que são os projetos que estão há mais de um ano por abrir.

E temos aqui para ilustrar as casas em Grândola, que estão há mais de um ano por abrir para habitação urgente;…

O orador exibiu o documento que mencionou.

… a unidade de cuidados continuados e paliativos em Leiria, que também está há mais de sete meses por abrir; um lar em Vila do Conde, que está há mais de um ano por abrir; e este aviso para apoiar projetos no PRR, cujos promotores aguardam há mais de um ano por respostas.

Protestos de Deputados do PSD, do CH e da IL.

Por isso, vou pedir também ao Sr. Presidente que possa partilhar com os diferentes grupos parlamentares esta documentação, que é ilustrativa e comprovativa da incapacidade do Governo em abrir projetos há mais de um ano e de responder aos promotores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Quando chegar à Mesa, farei distribuir.

Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Pessanha. Dispõe de 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que discutimos hoje não é um pormenor técnico, é, digamos as coisas como elas são, um dos maiores golpes na credibilidade do Estado português dos últimos anos.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Simplificar procedimentos e relançar a economia não significa eliminar mecanismos de controlo.

Em 2024, com a desculpa de acelerar o PRR, o Governo foi longe demais: acabou com o visto prévio do Tribunal de Contas e inventou a chamada «fiscalização prévia especial.» Mas «especial» só se for na forma como tenta iludir os portugueses, porque, na prática, não fiscaliza nada. Mesmo que um contrato seja ilegal, mesmo que custe milhões aos portugueses, entra logo em vigor. E quando o Tribunal de Contas, finalmente, puder fazer alguma coisa, já está tudo gasto, já está tudo perdido. E quem paga? Os portugueses, como sempre.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Claro!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Isto não é fiscalização, isto não é controlo, isto abre a porta da frente à corrupção e, ainda por cima, estende-lhe o tapete vermelho.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Neste caso, aos alemães!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — E poupem-nos à conversa de que o visto prévio atrasava o PRR. É mentira. O anterior Presidente do Tribunal de Contas disse várias vezes que o Tribunal demorava, em média, 11 dias a analisar os contratos — 11 dias! Quem demora mais do que isso são os ministérios, as CCDR

(Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional) e os gabinetes cheios de burocracia. Mas desses ninguém fala.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PRR são milhares de milhões de euros que os nossos filhos e netos vão pagar durante décadas. Com o fim do visto prévio, abriram-se as portas para contratos gigantes ficarem intocáveis e para irregularidades passarem em claro.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — A dívida já existe, já lá está!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — O que o Chega traz aqui hoje é simples e de elementar justiça: restaurar o visto prévio obrigatório no PRR, devolver ao Tribunal de Contas o poder de prevenir ilegalidades, para que não venhamos a pagar, mais tarde, com língua de palmo.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Vais pagar!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Queremos investimentos mais rápidos? Claro que sim. Queremos menos burocracia? Evidentemente. Mas não aceitamos que, para isso, se abra a porta à corrupção. Se acreditam na transparência e que o dinheiro público é intocável, votem a favor…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção, está terminado o ponto da ordem do dia e estão também terminados os nossos trabalhos.

Amanhã, temos o início dos trabalhos às 15 horas, com a fixação da ordem do dia pela IL, com diversos projetos de lei e votações também.

Temos agora o evento do município de Pombal, para quem quiser ir.

Até amanhã. Boa noite.

Eram 18 horas e 42 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.